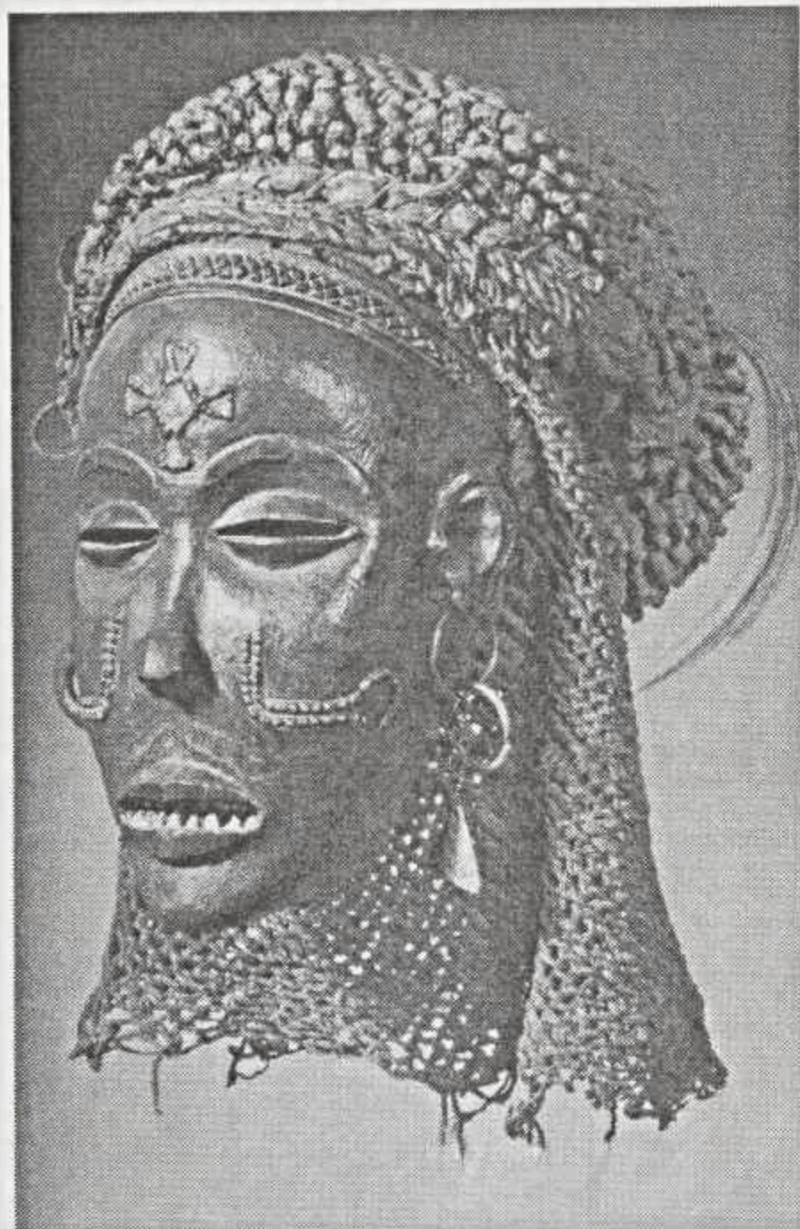


A BATALHA

jornal de expressão anarquista



Tshokwe, máscara «Pwo».

Memória

Em Março de 1935 surge o primeiro número da IV série (2ª clandestina) de *A Batalha*. Em tipografias improvisadas e clandestinas, através de peripécias arriscadas, editaram-se onze números até 1937.

Em Janeiro de 1975, um grupo de militantes a quem a idade não quebrara a energia nem o entusiasmo, lança em Almada o mensário *Voz Anarquista* que procurará promover e dar voz ao movimento específico em formação no pós 25 de Abril.

p.3

Notas soltas sobre o capitalismo

Com base numa conversa de Kafka com um amigo, Francisco Trindade faz uma curta mas interessante reflexão sobre as relações entre capitalismo e democracia.

p. 4

A Ásia central em mudança

Júlio Palma analisa a confusa situação que a derrocada da União Soviética trouxe a um grupo heterogêneo de repúblicas muçulmanas incorporadas pela força das armas no antigo império dos czares

p. 5

Capitalismo, comunismo e o anarquismo de Proudhon

Frank Harrison procede a uma análise da crítica proudhoniana do capitalismo e, paralelamente, às críticas de Marx ao capitalismo e, sobretudo, às concepções anti-capitalistas de Proudhon. Sem ocultar as limitações do pensamento deste último não deixa também de salientar as limitações do pensamento de Marx.

pp. 6 e 7

Foz Coa: humor e raiva

João Santiago dá-nos uma crítica irónica, cáustica e simultaneamente amargurada do tratamento dado a este problema por aqueles a quem está entregue a preservação (ou destruição) do nosso património arqueológico e cultural.

p. 9

A Internet e o anarquismo

Trata-se do primeiro de dois artigos de Rui Tavares sobre este tema, em que põe em evidência a semelhança entre o modo de funcionamento da Internet e os modelos libertários, abertos, voluntários e federalistas de organização.

p.10

Marie Louise Berneri

Maria Magos Jorge resume os principais dados biográficos desta activa e lúcida anarquista, cuja vida militante decorreria essencialmente no período que vai do início da Guerra Civil de Espanha ao fim da II Guerra Mundial.

p.12

EDITORIAL

Fala-se hoje da eclosão do racismo em Portugal em relação com repetidas agressões, por vezes mortais, cometidas por bandos fascistas contra cidadãos de origem africana. Primeiro que tudo é conveniente desmascarar uma falsa imagem de sociedade multi-racial criada pelos governos de Salazar e Caetano para consumo externo, após a entrada em acção dos movimentos de libertação das ex-colónias e, muito especialmente, depois de haverem iniciado a luta armada.

Portugal não apenas perseguiu mouros e judeus como foi um país escravagista até há pouco mais de um século. Embora a escravatura tivesse sido abolida na metrópole pelo Marquês de Pombal continuou nas colónias e a sua abolição aqui, embora decretada em 1836 por Sá da Bandeira, viria a ser posta em prática de modo muito gradual só desaparecendo umas quatro décadas depois. No entanto, sob nomes, pretextos e artificios vários, continuou a existir uma realidade muito próxima da escravatura até um passado recente. Do mesmo modo existia discriminação racial, de grau variável consoante as colónias e até de região para região no interior da mesma colónia. No que respeita aos africanos o acesso ao ensino elementar foi escasso e lento (com excepção de Cabo Verde) e o acesso aos ensinos médio e superior insignificante, o mesmo se passando com Timor. Através da criação arbitrária de

impostos os indivíduos que viviam numa economia de subsistência foram obrigados a trabalhar para os colonizadores em regime de trabalho forçado. Quem percorrer a imprensa operária da monarquia e da I República encontrará repetidas denúncias da repressão e desumanas condições de trabalho e de vida a que eram sujeitos os povos coloniais. O Estatuto dos Indígenas e o Acto Colonial salazaristas agravaram ainda mais a situação existente, dando cobertura legal à discriminação e à exploração desenfreada. Só as guerras de libertação obrigariam a revogar aqueles diplomas, a melhorar um tanto as condições de trabalho e a permitir um maior acesso dos nativos à escola e à função pública. No entanto as acções militares e policiais desse período pauparam-se igualmente por actos repressivos de grande desumanidade.

A tão decantada multi-racialidade portuguesa baseia-se essencialmente na situação privilegiada de que tradicionalmente beneficiavam os naturais do Estado da Índia e nas frequentes uniões de facto entre colonos do sexo masculino e mulheres indígenas. A legalização dessas uniões era pouco comum e o casamento de europeias com africanos (nas colónias!) muito raro. Com excepção de Cabo Verde, a mestiçagem foi um fenómeno limitado.

Continua na pag.2

A BATALHA

O Jornal *A Batalha* surgiu em 23-2-1919, no mesmo ano em que a Confederação Geral do Trabalho (CGT) de que seria porta-voz. A CGT, única confederação sindical existente, agrupava os trabalhadores mais combativos e conscientes: da altura e foi, desde início, fortemente influenciada pelas correntes anarquista, anarco-sindicalista e sindicalista revolucionária. Isto determinou a sua total independência face aos partidos e ao poder político e fê-la procurar que as justas reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de vida os não deixasse esquecer que só uma profunda transformação económica, social e ética permitiria eliminar a opressão e exploração do homem pelo homem. Repudiou sempre, com notável antevisão, que a libertação dos trabalhadores se pudesse alcançar através duma pretensa "ditadura do proletariado" ou do "Estado-patrão".

Hoje, não ligada a qualquer dos movimentos sindicais existentes, de cujos princípios e prática geralmente discorda (embora tenha o maior respeito pelos trabalhadores que os constituem), *A Batalha* continua a pugnar por uma sociedade assente em formas comunitárias de vida, de essência autogestionária e cooperativa, com total respeito pela liberdade de pensamento e pela autonomia individual, em conformidade com os princípios socialistas libertários por que se norteia.

Actividades no C.E.L.

No dia 13 de Maio, sábado, pelas 15 horas, o Dr. Daniel Pires organizou um animado convívio-debate sobre *Bocage e a Liberdade*. Partindo da pergunta: - *Quem é para si Bocage?* - colocada aos presentes, o tema foi desenvolvido com recurso a novas perguntas lançadas à assistência e discutidas em seguida. Por este método se logrou uma dinâmica de participação que manteve sempre interessados os companheiros presentes. Diversos aspectos da vida e obra de Bocage foram sendo ilustrados com a recitação de sonetos.

No dia 20 de Maio, sábado igualmente e pela mesma hora, o Prof. António Bracinha Vieira falou sobre *Mimetismo e Liberdade*, tomando em boa medida como ponto de partida e de referência, embora não exclusivamente, o seu livro *Ensaio Sobre o Termo da História*. Foi uma análise profunda dos fenómenos de massificação e esvaziamento espiritual na sociedade contemporânea que suscitou algumas intervenções por parte da assistência.

Em virtude de se estar a atravessar um período de intensa actividade escolar (provas, classificações, exames finais) foi impossível levar a efeito novas palestras durante o mês de Junho.

No entanto está já marcada para o primeiro sábado de Julho, dia 1, igualmente pelas 15 horas uma palestra pelo Arqº Jorge Guimarães, intitulada *Património cultural e artístico* e ilustrada, como habitualmente, com a projecção de diapositivos exemplificativos.

A nossa livraria tomou a iniciativa de colocar em cada mês uma obra a preço reduzido: "O Livro do Mês". O livro do mês é, neste momento, a obra de Stephen Schecter *Política de Libertação Urbana*, onde se analisam problemas vários que vão da economia política da questão urbana, passando por experiências históricas, até às lutas urbanas contemporâneas com particular ênfase no Movimento dos Cidadãos de Montréal.

EDITORIAL (conclusão)

Enfim, todos conhecemos pessoas com preconceitos raciais de grau variável nos locais de trabalho ou de residência e sabemos que a ausência de racismo em Portugal é, por vezes uma mentira deliberada, outras vezes um voto de boas intenções. Há quem pense que negar a existência de racismo contribui para o seu desaparecimento. Como infelizmente se tem visto o trabalho de esclarecimento e destruição dos preconceitos raciais está largamente por fazer. O comportamento do governo, nomeadamente do ministro da Administração Interna, tem sido deplorável. A actuação vergonhosa a nível de fronteiras com africanos e brasileiros, as dificuldades na concessão de autorizações de residência, a falta de apoio social aos imigrantes, a ausência de protecção contra um patronato sem escrúpulos e as repetidas declarações públicas evadidas dum racismo implícito são de todos conhecidas. Até a ideia de que os imigrantes têm de ser "integrados" (o Estado Novo dizia "assimilados") é disso testemunho. Ora os imigrantes têm todo o direito de manter a sua especificidade cultural, sem que daí lhes advenha qualquer tipo de marginalização relativamente aos outros cidadãos. Estas atitudes governamentais repercutem-se negativamente, como é natural, no comportamento das forças de segurança, traduzindo-se por atitudes menos correctas e por uma acção pouco empenhada na protecção dos cidadãos das ex-colónias em situações como a que ocorreu no Bairro Alto na noite de 10 para 11 de Junho. Falta de zelo que contrasta com a rapidez com que surgem para reprimir manifestações de trabalhadores que apenas pretendem o pagamento de salários em atraso ou a salvaguarda dos seus postos de trabalho, de estudantes descontentes com a política de ensino ou de utentes que protestam contra taxas iníquas.

É indispensável que se entenda claramente que o mundo é de todos e que nós, portugueses, somos apenas residentes em Portugal e não proprietários deste país. O que leva a compreender que, por um lado, os nossos direitos são limitados e, por outro, que nos incumbem alguns deveres, nomeadamente os da hospitalidade e da solidariedade. Convém ainda recordar que as exações praticadas ao longo dos quinhentos anos de colonização nos criaram uma tremenda dívida moral e material para com os povos das ex-colónias. A dívida material não poderá nunca ser paga ou sê-lo-á apenas numa ínfima parcela. A dívida moral só poderá ser satisfeita através duma permanente e ilimitada solidariedade. Aquela que daqui oferecemos, esperando que possa contribuir para alargar o espaço de fraternidade que é o imperativo deste como de todos os tempos.

Últimas publicações recebidas

- *Cenit* (orgão da Regional do Exterior da CNT-AIT de Espanha), Choisy-le-Roy, nº 589, 13 de Junho 1995.

- *CNT* (orgão da CNT-AIT de Espanha), Granada, nº 182 (V época), Junho (2ª quinzena) 1995.

- *Combate*, Lisboa, nº 187, Maio 1995.

- *Freedom*, Londres, 10 de Junho 1995.

- *Industrial Worker* (orgão de Industrial Workers of the World), EUA, nº 1580, Junho 1995.

- *Le Libertaire* (revista de síntese anarquista), Le Havre, nº 156, Maio 1995.

- *Le Combat Syndicaliste* (orgão da CNT-F / AIT), Paris, nº 156, Maio 1995.

- *Le Monde Libertaire* (orgão da Federação Anarquista Francesa), Paris, nº 1004, 15-21 de Junho 1995.

- *News & Letters*, Chicago, Maio 1995.

- *Rivista Anarchica*, Milão, nº 219, Junho 1995.

- *Rojo y Negro* (orgão da CGT de Espanha), Madrid, nº 68, Junho 1995.

- *Solidaridad Obrera*, Órgão da Confederação Regional do Trabalho da Catalunha/AIT. Porta voz da Confederação Nacional do Trabalho em Espanha; nº251, Abril de 1995.

- *Umanità Nova* (Federação Anárquica Italiana), Milão, (ano 75), nº 21; 18 de Junho 1995.

- *Voz do Trabalho* (orgão da Liga Operária Católica), Lisboa, nº497, Maio/ Junho 1995.

AOS COLABORADORES

- Os artigos não assinados são da responsabilidade da redacção.
- A redacção reserva-se o direito de não publicar ou reduzir, assinalando os cortes efectuados.
- Os artigos não solicitados poderão ser recusados, aceites condicionalmente (mediante alterações acordadas com os autores) ou ser diferida a sua publicação em função da programação geral do jornal. Devem ser claros e sucintos, não excedendo três páginas A/4 dactilografadas a dois espaços, título e ilustrações incluídos. Em caso de recusa haverá sempre explicação oral ou escrita aos autores.

ASSINATURAS

ANUAL / 6 NÚMEROS

| | |
|-------------------|----------|
| Portugal | 680\$00 |
| Europa | 1650\$00 |
| Extra-Europa: | |
| Via de superfície | 1650\$00 |
| Via aérea | 1950\$00 |

O pagamento poderá ser efectuado por cheque ou vale postal dirigido a A BATALHA, Apartado 50085, 1702 Lisboa Codex.



A BATALHA

ANTIGO ORGÃO DA C.G.T.

Fundado em 23 de Fevereiro de 1919

Periodicidade Bimestral

DIRECTOR

Maria Magos Jorge

REDACÇÃO

Francisco Trindade
João Santiago
Luís Garcia e Silva
Paulo Guimarães
Sérgio Duarte

COLABORADORES

António Bracinha Vieira
António Candelas
António Cândido Franco
Bernard Estevez
Carlos Ramos
Edson Passetti
Elisa Arelas
Frank Harrison
Jorge Colaço
Jorge Valadas
Júlio Palma
Liberto Sarrau
Manuela Parreira da Silva
Moisés da Silva Ramos
Rui Tavares

COMPOSIÇÃO

Centro de Estudos Libertários

IMPRESSÃO

Gráfica 2000, Cruz-Quebrada

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

R. Marquês de Ponte de Lima,
37, 2º Dtº 1100 Lisboa

PROPRIEDADE

Centro de Estudos Libertários

Inscrito na Direcção Geral
de Comunicação Social
nº 104981

Efemérides

1895

Maio - Jean Grave publica a 4 de Maio o primeiro número de *Les Temps Nouveaux*, que cessará a sua publicação em 8 de Agosto de 1914 (982 números editados).

Junho - Constituição do Grupo Comunista-Anarquista de Faro.

Julho - Fernand Pelloutier é nomeado secretário-geral da Federação das Bolsas de Trabalho no Congresso de Nîmes, em 19 de Julho. Doravante será sempre reeleito por unanimidade até à sua morte, em 13 de Março de 1901.

1925

Julho - O Grupo Editor *A Batalha* lança a 2 de Julho o primeiro número da revista de novos horizontes sociais *Renovação*, versando temas de arte, literatura e actualidade. Com periodicidade quinzenal, cessará em Junho de 1926 após publicação de 24 números.

1935

Março - Inicia-se a publicação da IVª Série de *A Batalha* (segunda série clandestina), de que sairão onze números. Notícia mais pormenorizada deste evento poderá ser lida nesta edição do jornal.

1945

Fevereiro - Falece a 27 deste mês Manuel Joaquim de Sousa, que foi o primeiro secretário-geral da C.G.T., depois de haver sido secretário-geral da Secção do Norte da U.O.N. Foi também redactor principal de *A Batalha*, membro do grupo anarquista "O Semeador". O cinquentenário da sua morte havia sido comemorado no C.E.L. e neste jornal em Fevereiro do ano transacto, devido a um erro de registo da data da sua morte. O erro foi detectado recentemente por João Freira, que de imediato no-lo comunicou.

Junho - A 3 deste mês morre no Tarrafal, por insuficiência renal, o militante anarco-sindicalista Manuel Augusto da Costa. Implicado na greve geral de 18 de Janeiro de 1934, julgado em tribunal militar e tendo dado entrada naquele Campo de Concentração em 23 de Janeiro de 1934, faleceu ao cabo de 134 meses de prisão.

1975

Janeiro - Inicia-se a publicação do jornal mensal *Voz Anarquista*, propriedade do Centro de Cultura Libertária de Almada e tendo como director Francisco Quintal.

1985

Maio - Em assembleia geral extraordinária do C.E.L. realizada no dia 24, foi deliberado doar à Biblioteca Nacional, sob condições, o Arquivo Histórico-Social, em grande parte já depositados naquela Biblioteca.

Há 60 anos

Reaparece A BATALHA clandestina

Na noite de 5 de Fevereiro de 1927 e em virtude das notícias publicadas sobre a eclosão a 3, no Porto, da revolução anti-ditatorial, foi a sede de *A Batalha* na Calçada do Combro, 38-A-2º, assaltada pela polícia que suspendeu o jornal e prendeu quantos militantes aí encontrou. Com a eclosão do movimento revolucionário em Lisboa, no dia 7, foram libertados os presos e posto na rua o jornal. Com a derrota do movimento insurreccional *A Batalha* é novamente encerrada, a 10, e encerrada se manterá durante 54 dias. É autorizado o seu reaparecimento a 1 de Abril para ser novamente suspensa pelo governo da ditadura militar em 26 de Maio. Como se isto não bastasse alguns meses mais tarde, a 2 de Novembro do mesmo ano são assaltadas e totalmente destruídas as instalações do jornal e da Confederação Geral do Trabalho por agentes policiais à paisana e elementos afeitos à ditadura. Embora continuasse a ser paga regularmente a renda ao senhorio até Dezembro de 1935, nunca foi o local restituído à organização operária e ao seu jornal.

Em 13 de Setembro de 1930 é novamente autorizada a publicação de *A Batalha*, agora como semanário, pois as condições de semi-clandestinidade em que funcionava o movimento sindical, com numerosos militantes presos e enormes dificuldades económicas, mais não permitia. Como a C.G.T. fora entretanto proibida o jornal surgiu como órgão duma Comissão Inter-Federal de Defesa dos Trabalhadores com sede provisória na Calçada Castelo Branco Saraiva, nº 42. Foi sol de pouca dura pois seria suspensa, desta vez definitivamente, ao cabo de treze números, em Dezembro desse mesmo ano.

A IIIª série do jornal (1ª série clandestina) inicia-se em Abril de 1934, no rescaldo do 18 de Janeiro, a despeito das numerosas prisões de militantes. O segundo número sai em Maio e ainda esse mês é localizada e apreendida a tipografia, situada na Rua do Fidé, ao Pote de Água. Com o que cessou a publicação, substituída por um boletim copiado durante alguns meses.

Em Agosto de 1934 regressaram da deportação em Angra do Heroísmo vários militantes presos antes do 18 de Janeiro, entre os quais Emídio Santana. Relança-se a actividade clandestina. Em Março de 1935, reorgani-

ciar a impressora e publicar um novo número. Por razões de segurança a tipografia é novamente mudada, primeiro para a oficina de marceneiro dos camaradas Avelino e António Gonçalves, a Campo de Ourique, onde se imprime o número comemorativo do 1º de Maio de 1936. Daqui transitará para casa do camarada compositor nos Terramotos. Preso este por participar num protesto contra a recente criação dum desconto para o Fundo de Desemprego, e não tendo a polícia descoberto o equipamento na busca que levou a efeito na casa do companheiro gráfico, volta a tipografia para a oficina do Avelino, donde transitará pa-

Ano XVII SIIIIV

Maio 1975

Preço: 500 - Nº 1

A BATALHA



PORTA-VOZ DA ORGANIZAÇÃO OPERÁRIA PORTUGUESA

E ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO



zado o Comité Confederal (reduzido a Carlos Cruz, Adelino Rijo e Libânio) com o ingresso de Adriano Botelho, Emídio Santana, Joaquim Miqueilino da Silva e Manuel da Silva Campos, reinicia-se a publicação de *A Batalha*. É feita numa tipografia improvisada, em condições muito precárias, numa cave da Rua Carvalho Araújo, pelo tipógrafo Joaquim Manuel da Costa. A deterioração do material no ambiente húmido da cave obriga à transferência da tipografia, ao fim de três números, para uma casa alugada na Venda Nova onde, com o auxílio de Carlos Cruz, foi possível benefi-

ra uma casa alugada em Benfica, onde fica instalado com a sua companheira um dos compositores, Raúl Pimenta. Daqui irá para uma fuma com entrada pela Rua Feliciano de Sousa, a Monsanto, onde a sogra de Raúl Pimenta tinha uma capoeira de galinhas. Ficou aqui a cargo de José António Machado que, para o efeito, alugou um quarto nas proximidades. Esta segunda série clandestina terminou, após edição de onze números do jornal, em 1937.

Luís Garcia e Silva

Há 20 anos surge, em Almada

VOZ ANARQUISTA

A 22 de Janeiro de 1975, quatro meses decorridos sobre o reaparecimento de *A Batalha*, o Grupo Libertário de Almada iniciava a publicação mensal da *Voz Anarquista*. Periódico essencialmente anarquista, que procurava ser o porta-voz oficioso do pequeno e pouco coerente movimento específico de então, era em certa medida complementar de *A Batalha*, ocupada em restaurar a corrente sindicalista revolucionária e anarco-sindicalista no nosso meio operariado. Complementar ainda da revista *A Ideia*, de índole mais teórica, cuja publicação se iniciara em França pouco antes do 25 de Abril.

Embora a propriedade da *Voz Anarquista* tivesse passado sucessivamente do grupo Libertário de Almada para o Grupo de Cultura e Acção Libertária de Almada e, finalmente, para o Centro de Cultura Libertária, tais mudanças de designação não corresponderam a mudança de sede (R. Cândido dos Reis, 121-1º Dto, Cacilhas) ou de pessoas.

O jornal começou com apenas 6 páginas, passou a 8 no nº 13 (Abril de 1976), e assim se manteve até ao penúltimo número (o último - nº 74 - eram 2 páginas destinadas a avisar os leitores da extinção do periódico). O preço inicial de 4\$00 foi mantido, a despeito do aumento do número de páginas, até ao nº 20; subiu então para 5\$00 (nº 21), 6\$50 (nº 31), 7\$50 (nº 40), 10\$00 (nº 53), 15\$00 (nº 60) e 20\$00 (nº 71). O aumento de custos decorrentes da inflação, a pequena tiragem e dificuldades na cobrança de assinaturas foram responsáveis por estes aumentos. A despeito disso foi necessário recorrer com alguma frequência a números duplos sem correlativo aumento do número de páginas, embora o fenómeno possa atribuir-se nalguns casos a colaboração insuficiente.

A parcimónia de recursos explica a modéstia do jornal, não apenas em número de páginas como em qualidade gráfica, fenómeno

por igual frequente na imprensa libertária doutros países.

Foi, porém, um jornal honesto. Nem outra coisa se esperaria dos companheiros que lhe deram vida, a principiar pelo director, Francisco Quintal, e seus mais próximos e assíduos colaboradores como José Correia Pires, Sebastião de Almeida, Adriano Botelho e José Francisco, para mencionar somente alguns dos já falecidos. Correia Pires teve participação muito activa mas pouco duradoura, pois a morte levou-o em Novembro de 1976; e nesse mesmo mês saiu o seu último artigo. Adriano Botelho seguiria também até à morte, a 1 de Maio de 1983. Foram duas perdas muito grandes e a *Voz Anarquista* não sobreviveria por muito tempo a esta última.

O jornal procurou ser o porta voz oficioso do movimento libertário então existente, dando notícia das actividades e tomadas de posição dos diversos grupos. O que originava grande heterogeneidade, quer de pontos de vista quer de qualidade, com prejuízo para a coerência e valor pedagógico do periódico. Procurou-se minorar esse inconveniente recorrendo aos textos mais homogêneos do "núcleo duro" de colaboradores e à selecção e tradução de textos doutrinários clássicos bem como de artigos da imprensa libertária estrangeira. Neste campo, como no da publicação de biografias cuidadas de teóricos e militantes, de textos históricos e outros, a *Voz Anarquista* desenvolveu importante labor educativo. Para esta tarefa contribuiu, além dos colaboradores já referidos, uma pleiade de companheiros entre os quais se contam Álvaro da Silva e Sousa, José dos Reis Sequeira, Acácio Tomás Aquino, João Freire, Eurico da Fonseca, Carlos Fontes, António Luís, Artur Modesto, José Lola, Nicolau Saião, António Silverberg, Rui Vaz de Carvalho, António Cândido Franco, Manuela Parreira da Silva, Joaquim Palmilha da Silva, Emílio Quin-

tal, Armando Barros e muitos outros de colaboração mais esporádica. De entre os colaboradores estrangeiros cumpre destacar, pela maior assiduidade, Edgar Rodrigues, Fontaura, Campio Cárpio e Sara Guillén, embora outros tenham contribuído de forma ocasional.

A *Voz Anarquista* foi, como é habitual, objecto de críticas ao seu grafismo e ao seu conteúdo. Estas críticas partiam, em regra, de pessoas que nunca tinham experimentado produzir um periódico regular com escassíssimos meios humanos e materiais. Abstraindo da situação concreta - núcleo reduzido de jornalistas amadores, sem recursos financeiros adequados, obrigados a assegurar a redacção e tradução de artigos, a procurar colaboração para temas especiais, a fazer a maquette e montagem do jornal, a manter a correspondência e angariar assinantes, a manter o contacto com a tipografia, a fazer a expedição e distribuição de cada número, cobrar assinaturas, manter a sede, etc. - algumas críticas podem parecer pertinentes. Quando se tomam em conta as condições de produção as críticas deixam de ser pertinentes e passam a ser injustas. A crítica deve começar por nós próprios, do que fazemos e de como o fazemos. Deve passar em seguida pela análise das condições em que os outros levam a cabo o seu trabalho e, só depois, tecer os reparos e sugestões que possam ser aproveitados nessas mesmas, concretas, condições. Percorrendo este trilho somos levados, ao rememorar os vinte anos da fundação da *Voz Anarquista*, a testemunhar aqui aos seus principais obreiros o nosso reconhecimento, a nossa admiração e a nossa saudade. Com a nostalgia de os saber insubstituíveis.

Luís Garcia e Silva

Notas soltas sobre o capitalismo

Não nos falta comunicação, antes pelo contrário, temos-a em excesso. Falta-nos criação. Falta-nos resistência ao presente.

Deleuze e Guattari

No domínio da literatura terá sido Franz Kafka aquele que, eventualmente, deu a melhor descrição das muitas facetas da moderna sociedade capitalista. Um amigo conta a propósito da sua conversa com Kafka: "Mostrei a Kafka alguns livros novos publicados pela firma Neubauer. À medida que voltava as folhas de um volume com ilustrações de Georg Grosz, disse:

Esta é a visão familiar do Capital - o homem gordo de chapéu alto roubando o dinheiro dos pobres.

É apenas uma alegoria, disse eu.

Franz Kafka franziu as sobrancelhas.

Você diz apenas! Nos pensamentos dos homens, a alegoria torna-se uma imagem da realidade, o que é naturalmente um erro. Mas o erro existe já aqui.

Quer dizer que a figura é falsa?

Não diria exactamente isso. É tanto verdadeira como falsa. É verdadeira apenas num sentido. É falsa visto que proclama que

esta visão incompleta é toda a verdade. O homem gordo de chapéu alto senta-se nos ombros dos pobres. Correcto. Mas o homem gordo é o Capitalismo, e isso não é totalmente correcto. O homem gordo oprime os pobres dentro de um dado sistema. Mas não é o próprio sistema. Nem sequer é o seu dono. Pelo contrário, o homem gordo está também preso, o que a figura não mostra. A figura não está completa. Por isso, não é boa. O capitalismo é um sistema de relações, que partem de dentro para fora, de fora para dentro, de cima para baixo e de baixo para cima. Tudo é relativo, tudo está preso. O capitalismo é uma condição tanto do mundo como da alma".

A sociedade burguesa é uma totalidade antagónica. Existe apenas através dos seus antagonismos e não pode esbatê-los. A totalidade é também interrelação funcional, porque todos os indivíduos dependem da totalidade que formam. Além disso, cada qual está dependente de todos os outros dentro da totalidade. O todo sobrevive apenas através da unidade das funções que os seus membros desempenham.

A totalidade determina todos os particulares, que são aparências, factos de experiência imediata, em que o geral se manifesta. A dialéctica mostra a diferença en-

tre o particular e o geral, ditada pelo geral.

Não há Estado democrático universal porque a única coisa universal no capitalismo é o mercado. O capitalismo funciona através de regras imanentes de fluxos des-codificados (fluxos de dinheiro, fluxos de trabalho, fluxos de produtos...) Os Estados nacionais constituem determinante-mente os modelos de realização dessas regras imanentes. Ora os modelos de realização podem ser muito diversos (democráticos, ditatoriais, totalitários...) podem ser realmente heterogêneos, mas não deixam de ser por isso libertos em relação ao mercado mundial, na medida em que este não se limita a supor mas produz também desigualdades de desenvolvimento determinantes. Por isso é que, como já muitas vezes foi notado, os Estados democráticos estão tão ligados e comprometidos com os Estados ditatoriais que a defesa dos direitos do homem tem de passar necessariamente pela crítica interna de toda a democracia.

Os direitos do homem são axiomas: podem coexistir no mercado com muitos outros axiomas, nomeadamente sobre a segurança da propriedade, que os ignoram ou suspendem mais ainda do que os contradizem.

Quem é que pode segurar e gerir a miséria dos bairros de lata senão os polícias e os poderosos exércitos que coexistem com as democracias? Qual é a social-democracia que não deu ordem de disparar quando a miséria sai do seu território ou gueto? Os direitos não salvam os homens nem uma filosofia que se cola ao Estado democrático. Os direitos do homem não nos farão abençoar o capitalismo. E é necessária muita inocência, ou muita manha, para uma filosofia da comunicação que pretende restaurar a sociedade dos amigos, formando uma opinião universal como "consenso" capaz de moralizar as nações, os Estados e o mercado. Os direitos do homem não dizem nada sobre os modos de existência imamente do homem dotado de direitos. E a vergonha de ser homem, não a experimentamos apenas nas situações extremas, mas em condições insignificantes, perante a baixeza e a vulgaridade da existência que assombra as democracias, perante a propagação desses modos de existência e de pensamento para o mercado, perante os valores, os ideais e as opiniões da nossa época.

Francisco Trindade

Antologia:

Anarquia, anarquismo

Tempo virá em que a arte de governar os homens desaparecerá. Uma nova arte tomará o seu lugar, a arte de administrar as coisas.

Saint Simon

No anarquismo moderno temos a confluência das duas grandes correntes que antes e depois da Revolução Francesa lograram significativa expressão na vida intelectual da Europa: Socialismo e Liberalismo.

Rudolf Rocker

No plano filosófico, das ideias, o anarquismo pode ser considerado como a manifestação mais extrema do processo de laicização do pensamento ocidental, conduzindo à rejeição de toda a autoridade exterior ou superior aos homens, quer tenha carácter pretensamente "divino" quer "humano"; rejeição também de todos os princípios que, em todos os tempos, sob diferentes formas e modalidades, foram utilizados pelos senhores do momento para justificar a sua exploração e domínio sobre o resto da população.

Comissão de propaganda F. A. F.

Anarquia significa sociedade organizada sem autoridade, entendendo-se autoridade como a faculdade de impor a sua vontade.

Errico Malatesta

O anarquismo é uma corrente distinta do pensamento social cujos adeptos advogam a abolição dos monopólios económicos e de todas as instituições políticas e sociais coercivas na sociedade. Em lugar da ordem económica capitalista os anarquistas querem a livre associação de todas as forças produtivas baseadas no trabalho cooperativo, tendo por único objectivo a satisfação das necessidades de cada membro da sociedade. Em vez dos presentes Estados nacionais, com a maquinaria sem vida das suas instituições políticas e burocráticas, os anarquistas desejam a livre federação das comunidades, unidas entre si pelos seus interesses económicos e sociais comuns e que entre si concertam por mútuo acordo e livre contrato.

Rudolf Rocker

Em última análise talvez seja melhor considerar o anarquismo, não como uma ideologia ou escola de filosofia política distinta, mas como um conjunto de textos socialistas preocupados em revelar-nos as barreiras que se opõem à satisfação intelectual e física de cada um. É um aditamento à teoria socialista que formula os seus argumentos, não apenas do ponto de vista da classe oprimida, mas também do ponto de vista do indivíduo oprimido.

Frank Harrison

É útil ver no anarquismo a combinação duma crítica socialista ao capitalismo com uma crítica liberal ao socialismo.

David Goodway

O anarquismo deve ser encarado como uma forma de socialismo voluntário.

Rudolf Rocker

Anarquismo significa, literalmente, sem governo. Embora popularmente o anarquismo seja entendido como um movimento violento, anti-estatal, é uma tradição muito mais subtil e diversificada do que a simples oposição ao poder governamental. Os anarquistas opõem-se à ideia de que o poder e a dominação são necessários à sociedade e advogam, em vez disso, formas de organização social, política e económica mais cooperativas e anti-hierárquicas.

A filosofia anarquista não é de forma alguma um sistema unificado; na realidade o forte individualismo anarquista encoraja uma diversidade de opiniões e perspectivas que tornam difícil caracterizar o anarquismo. Dentro da "família" anarquista há mutualistas, colectivistas, comunistas, federalistas, individualistas, socialistas, sindicalistas, feministas e muitos outros. Embora cada uma destas escolas de pensamento dê ênfase a uma estratégia diferente para atingir os objectivos anarquistas, há certos princípios fundamentais que a maior parte dos anarquistas subscreve.

Susan Brown

Mutualismo, colectivismo e comunismo não devem ser encarados como sistemas fechados, que não permitem evolução ulterior, mas meramente como opções económicas que visam salvaguardar uma comunidade livre. Haverá provavelmente na sociedade futura diferentes formas de cooperação económica, coexistindo lado a lado, uma vez que qualquer progresso social tem de estar associado à livre experimentação e à comprovação prática, o que implica que todas as oportunidades deverão ser garantidas numa sociedade de comunidades livres.

Rudolf Rocker

... a anarquia só se instaurará pouco a pouco, intensificando-se e alargando-se sempre mais. Não se trata pois de alcançar a anarquia hoje, amanhã ou daqui a dez séculos, mas de caminhar para a anarquia hoje, amanhã e sempre.

Errico Malatesta

O anarquismo sempre foi anti-ideológico e os anarquistas sempre insistiram no primado da vida e da acção sobre a teoria e os sistemas. A sujeição a uma teoria implica na prática a sujeição a uma autoridade (partido) que interpreta autoritariamente a teoria; tal sujeição minaria fatalmente a intenção de criar uma sociedade sem autoridade política central.

David Wieck

... não há textos anarquistas que possam ser considerados dogmas definitivos, como foram encarados os escritos de Marx pelos seus seguidores.

David Wieck

Talvez se possa dizer do anarquismo que é o remédio específico contra todos os totalitarismos. Se a cidade socialista se estabelecer, só será viável se souber manter vivo o espírito anarquista.

Jean Lacroix

A Ásia central em mudança

Do ponto de vista geopolítico a Ásia Central nem sempre foi definida da mesma maneira. Antes da conquista russa era simplesmente designada por Turquestão. Nos tempos da União Soviética era oficialmente chamada "Ásia do Meio e Cazaquistão". Hoje é um conjunto formado pelos seguintes países, todos saídos da desagregação da União Soviética: o Cazaquistão, o Turquemenistão, o Usbequistão, o Tajiquistão e o Quirguizistão. Os limites deste são o Mar Cáspio, o Irão, o Afeganistão, a China e a Sibéria.

Um território essencialmente desértico - dois desertos são conhecidos pelos nomes de origem turca: o Caracum (areia negra) e o Quizilcum (areia vermelha) - é atravessado por dois grandes rios que vão desaguar no mar de Aral: o Amu-Daria, o Oxus dos gregos, e o Sir-Daria, o Iaxartes dos gregos. Entre estes rios situa-se o planalto do Pamir, considerado o berço dos Arianos, de onde teria partido a corrente migratória que teria criado as civilizações da Europa, da Índia e da Pérsia. Brumas da história, evidentemente. Sabe-se que Alexandre Magno, no século IV antes de Cristo, numa das suas campanhas, teria atravessado o Iaxartes, o mais setentrional dos rios então conhecidos.

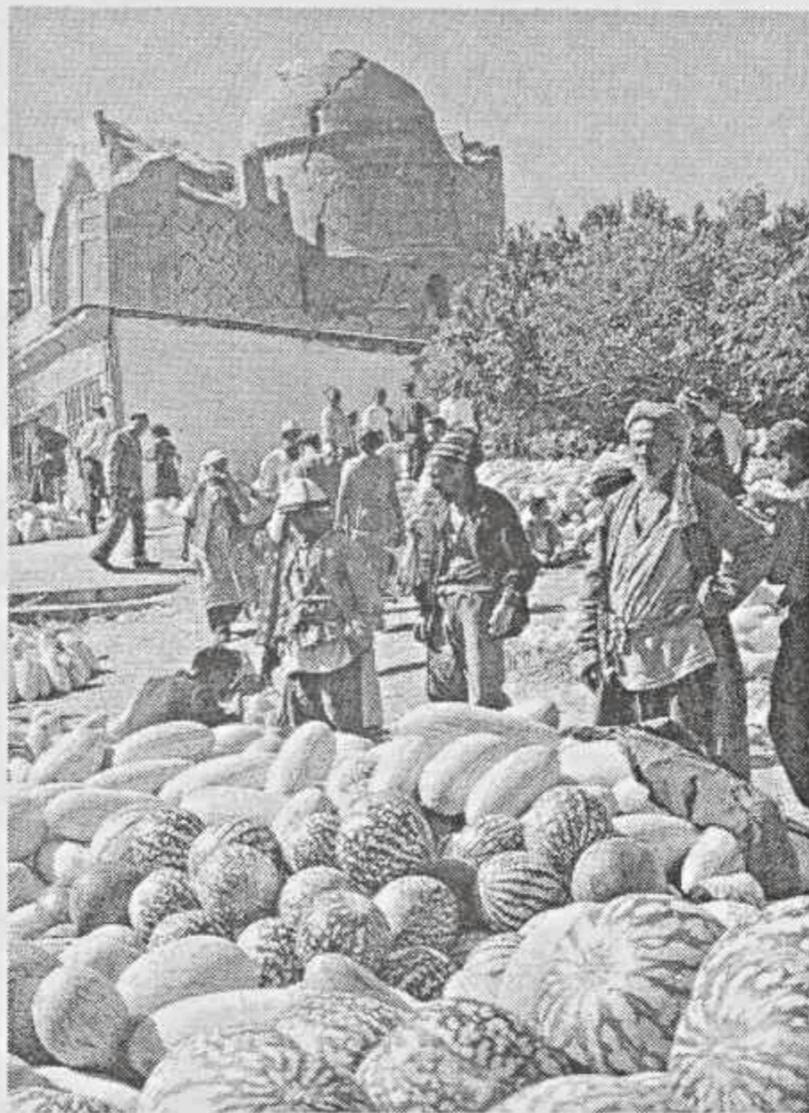
Toda esta região sofreu influências várias. Mas as que mais a marcaram foram certamente as que a islamizaram e as que a russificaram. São estas, aliás, as duas grandes tendências que se encontram ainda no terreno. Se Samarcanda e Bucara são marcas duradouras da primeira tendência, os nacionalismos são marcas da segunda.

De facto, a Rússia dos czares conseguiu entre 1731 e 1881 ocupar *manu militari* essa região. Mas os seus habitantes continuaram a ver-se primeiro como muçulmanos e só depois como aborígenes desta ou daquela cidade. Problemas étnicos não têm grande significação aos seus olhos.

Daí que não fosse surpreendente que os líderes centro-asiáticos perante a vitória russa tentassem analisar o declínio das suas comunidades num contexto religioso, como diz Dilip Hiro no livro *Between Marx and Muhammad* (Harper Collins Publishers, 1994). Havia que explicar as razões da força crescente da Rússia czarista e cristã. "Ou os russos tinham encontrado um sistema melhor do que o islão ou a sua comunidade falhara em seguir o verdadeiro islão. Uma escola conhecida por cadiminiana (de cadim - precursores), muito apoiada pela hierarquia islâmica, defendia uma aplicação restrita da charia, enquanto outra chamada jadidiana (de jade - inovador) propunha a inovação à luz de um mundo em mudança rápida, que eles observavam numa perspectiva predominantemente ocidentalizada." (Dilip Hiro.)

Nos anos noventa do século passado, alguns intelectuais originários da Crimeia e do Volga começaram a defender o pan-turquismo como alternativa à ocidentalização e ao pan-islamismo. Alguém teria mesmo afirmado: "Pertencemos à nação turca, à religião muçulmana e à civilização europeia." Isto para explicar o slogan "Turquização, islamização, modernização".

Mas as coisas complicaram-se com o desfecho da Primeira Guerra Mundial. Com a tomada do poder pelo bolchevismo e com a sua propaganda sobre o direito de todas as nações que formavam o Império Russo poderem dispor delas mesmas, autodeterminando-se, os muçulmanos da Ásia Central procuraram materializar essa palavra de ordem, defendendo a sua autonomia. Só que os comissários bolcheviques cedo perceberam que a autonomia levaria à separação. E para impedir isso utilizaram a arma do nacionalismo, exacerbando a questão da língua e da cultura, forçando diferenças nacionais onde existiam questões dialectais, procurando



nessas diferenças oposições que lhes permitissem manter a hegemonia partidária do bolchevismo. O Exército Vermelho já estaria quando a célula partidária não fosse suficiente. Esta política atingiu o auge com Estaline, que mandou deportar, encarcerar ou fuzilar tudo o que discordava da sua paranóia. Banindo toda a propaganda religiosa, expropriando os donos das terras, jogando com os rituais islâmicos em relação às mulheres, pretendia a burocracia dar a machadada final no islamismo.

Todavia, será o próprio desenvolvimento do capitalismo burocrático de Estado que voltará a pôr na ordem do dia aquilo que fora recalcado e que pode ser hoje facilmente observável.

Após o colapso da União Soviética, numa primeira fase parecia assistir-se ao romper de todos os liames das antigas repúblicas à Rússia. Assistiu-se depois à formação da Comunidade de Estados Independentes, com a qual algumas das repúblicas menos renitentes aceitam a hegemonia de facto da Rússia. Assiste-se agora a uma intervenção armada do exército russo em zonas definidas como "estrangeiro próximo", sempre que se pense que os russos que aí vivem possam correr perigo. A doutrina militar russa é clara: "É nossa missão especial proteger os direitos e os interesses de cidadãos russos e de pessoas no exterior que estejam relacionadas étnica e culturalmente com a Rússia." (Citado por Dilip Hiro.)

Referindo-se à luta que se trava no Tajiquistão, Ieltsin afirmou: "Porque é que não devíamos ter um plano para proteger esta fronteira, que deve ser entendida por toda a gente como sendo a fronteira russa e não a fronteira tajique." (Citado por Dilip Hiro.) A fronteira a que Ieltsin se refere é a que separa o Afeganistão do Tajiquistão, de tão más recordações para os ex-soviéticos.

Outro problema interessante de observar é o do Mar Cáspio. Em virtude dos tratados de Gulistão (1813) e de Chur-

quemanscai (1828) criava-se um estatuto jurídico original, porque a Pérsia não podia aí estacionar forças navais, ao

passo que a Rússia e depois a União Soviética sempre lá mantiveram uma frota.

Hoje o problema volta a estar em discussão porque se descobriu no subso- lo grandes jazidas de petróleo e de gás natural. Só que para as explorar é necessário elaborar um estatuto internacional sobre a questão das águas. Quando as grandes companhias petrolíferas as quiseram explorar chocaram-se precisamente com esta ausência. Na verdade a Rússia propõe que o Cáspio seja considerado um lago, cujas riquezas devem ser exploradas por todos os estados ribeirinhos. O Azerbaijão e o Cazaquistão recusam a proposta da Rússia e querem definir o Cáspio como um mar interior, porque assim teriam direito a explorar à vontade a plataforma continental, de acordo com a lei marítima internacional. Estão em jogo milhares de milhões de dólares. E, claro, as companhias petrolíferas americanas estão metidas no assunto. E como a administração americana "está em guerra" com o governo iraniano, não admira que este como reacção apoie o ponto de vista russo. (Dados relatados por *Neue Zürcher Zeitung*, 20-21/5/95.)

A posição americana foi definida por Hazel O'Leary no *International Herald Tribune* (23/5/95): "As reservas do Mar Cáspio têm importância global. O interesse americano é duplo: alargar o número de agentes no mercado para obter mais diversidade na oferta e relacionar a segurança nacional e a economia, por conseguinte a possibilidade de as nossas companhias criarem novos empregos nos Estados Unidos a partir do petróleo." Daí que acrescente que "a proposta russa não faz sentido".

Não é muito difícil prever que a necessidade de mudança geoeconómica vai provocar e alimentar mais focos de tensão na zona.

Júlio Palma

Chirac retoma ensaios nucleares no Pacífico

Numa França com elevada taxa de desemprego, com sérios problemas juvenis, de marginalidade e de delinquência, com uma extrema direita xenófoba em franca ascensão e uma série doutros problemas sociais para resolver, eis a primeira grande medida do novo presidente eleito: recomeçar as experiências nucleares na Polinésia francesa! Quando a maior parte dos países (com excepção da China e Coreia do Norte, tanto quanto sabemos) suspenderam os ensaios nucleares há já algum tempo e se preparam para assinar num futuro próximo um tratado de não proliferação de armas nucleares, esta atitude do recém eleito presidente gaullista é algo surpreendente. Tanto mais que ele próprio se declara pronto para assinar o referido tratado dentro de meses e enfrenta de imediato a condenação (sincera?) dos países que firmaram o acordo de suspensão das experiências com armas nucleares e, muito especialmente, dos países da área mais directamente afectada pelas explosões: Nova Zelândia, Austrália e Japão.

O que faz correr Chirac? A interpretação, frequentemente adiantada, de que se trata de um regresso à política de "grande potência" assumida no passado por De Gaulle soa a falso. A única potência verdadeiramente grande na Europa Ocidental é a Alemanha. Sem ela não haveria uma Europa com poder negocial efectivo frente aos Estados Unidos, ao Japão ou à Rússia. De resto habituamos a ver, nestes últimos anos, uma Fran-

ça virada para a Alemanha, procurando obter por essa via uma co-liderança da União Europeia. Que significa este regresso às armas nucleares quando a posição geral é a do adeus às ditas armas?

Qualquer que seja a razão, as oito explosões previstas para o Pacífico são outros tantos atentados ecológicos para aque-la zona e para o resto do mundo.

E por essa razão um navio da organização ambientalista *Green Peace* já se fez ao mar em direcção ao atol de Mororoa. Recorde-se que anteriores tentativas para impedir os ensaios nucleares franceses nestas paragens tiveram um desfecho infeliz. O governo de Mitterrand deu ordens e providenciou meios para uma sabotagem do antecessor do actual navio do *Green Peace*. Em consequência da sabotagem a embarcação ficou gravemente danificada e morreu um português que se encontrava a bordo. Tratou-se de um claro exemplo de terrorismo de Estado, por isso mesmo impune.

É um antecedente que faz recear pela sorte da nova embarcação e da sua tripulação. Nada permite supor que Chirac seja mais consciencioso nos meios a utilizar do que Mitterrand. E temos aqui também mais um exemplo do que agora se apelida de *globalização* e que tanto se aplica na área económica como na política e noutras. Os franceses é que elegeram Chirac mas quem terá de o sofrer somos todos nós.

Luis Garcia e Silva

Capitalismo, comunismo e

Deus na religião, o Estado na política, a Propriedade na economia, é a tripla forma pela qual a humanidade, alienada de si mesma, não cessou de se autodestruir, e que deve hoje "reparar".

P.-J. Proudhon

Como resultado dum estilo tortuoso e da opinião adversa de Marx, os argumentos de Proudhon quanto à necessidade de substituir o capitalismo por uma sociedade baseada no "mutualismo" teve aceitação muito limitada no mundo anglófono. Embora Benjamin Tucker, em fins do século XIX, tenha promovido as suas ideias nos EUA, há poucas traduções inglesas das obras de Proudhon.

E, no entanto, pode dizer-se que em França Proudhon foi o mais popular dos escritores socialistas do século XIX, querendo isto dizer que era lido pelo povo. O seu nome, não o de Marx, era pronunciado nas ruas de Paris nos dias tumultuosos da Comuna de 1871. Ele abordou as preocupações da gente comum e, seguramente, as do povo francês da sua época.

A primeira crítica de Marx às teorias de Proudhon veio à luz na sua análise da *Filosofia da Miséria* (1846), que tinha por título *Miséria da Filosofia* (1847). Nesta obra Marx reúne numerosos argumentos da economia política clássica para divergir de Proudhon quanto à teoria do "valor" assente no trabalho. Esta discussão pode parecer idiossincrásica ao leitor moderno, porque quase deixamos de pensar no trabalho como medida tecnicamente útil do valor relativo dos produtos e bens. Poucos escritores irão hoje além de afirmações teóricas gerais como a de que os assalariados são espoliados da mais valia pela lógica do próprio sistema capitalista. Contudo, no tempo de Marx e de Proudhon, o modo pelo qual o trabalho criava valor e se reflectia nos preços era a base da polémica. Marx critica Proudhon por este não tomar em consideração a qualidade variável do trabalho, dizendo que *ele toma por adquirida a equivalência dos dias de trabalho dos diversos trabalhadores*¹; preocupa-o que Proudhon, ao procurar uma sociedade onde todos recebam retribuições iguais pelo seu esforço, ignore os impedimentos resultantes de relações de produção historicamente necessárias, e aduz outras razões ainda, com longas citações de economistas como Ricardo e Sismondi.

Muito disto parece hoje irrelevante. Note-se porém que Marx não deixava de distorcer um pouco as coisas. Proudhon não era tão simplório que considerasse idêntico o trabalho de cada um: *O trabalho difere de produtor para produtor em quantidade e qualidade;... infinitamente modificado por uma multidão de causas particulares, que se manifestam por innumera variedades de formas.*²

Contudo, a verdadeira oposição entre Marx e Proudhon resultava de operarem segundo metodologias diferentes.

Em meados da década de 1840 Marx estava ocupado a definir as pré-condições históricas do derrube do capitalismo, que não era um acto arbitrário da "vontade" mas uma opção revolucionária, definida e determinada pelas circunstâncias da sociedade industrial. Por outro lado Proudhon estava interessado nas contradições teóricas da ideologia do capitalismo, para mostrar como a prática da "economia política" (i.e., capitalismo) não correspondia à teoria; argumentando que os textos socialistas e/ou comunistas dos seus contemporâneos eram percepções imperfeitas duma alternativa à propriedade e ao Estado.

Temos aqui uma pessoa preocupada com ideias, com considerações filosóficas, para quem os conceitos de "Deus" e de "livre arbítrio" mereciam discussão tão demorada (ou mais) que o salário dos operários textéis em diferentes momentos do ciclo

produtivo. Era filho do Iluminismo, confiando em que a razão e a vontade humanas permitiam progredir para uma sociedade justa, que não seria o resultado da luta de classes, nem de qualquer soma accidental de factores num momento histórico específico, mas de indivíduos pensantes que escolhiam viver de maneira mais racional. Marx acusava-o de não compreender o seu materialismo histórico.

O facto é que Proudhon não estava minimamente preocupado com os conceitos e métodos históricos tão cruciais para a interpretação da sociedade e dos projectos políticos de Marx.

O que quer que cheirasse a materialismo filosófico e negasse o poder independente da razão era anátema para Proudhon. *Note-se a inconsequência do materialismo*, diz Proudhon, *ele nega, e é forçado a negar, que o homem é livre.*³ E a realização da liberdade, tanto por libertação das repressões psicológicas (ideológicas) como práticas (políticas e económicas), era o objectivo dos seus escritos. Em *O que é a Propriedade?* (1840) escreveu: *Onde quer que seja lido e divulgado este texto estará depositado o germe de morte da propriedade; aí desaparecerão, cedo ou tarde, o privilégio e a servidão; ao despotismo da vontade sucederá o reino da razão.*⁴



Proudhon - Pintura por Gustave Courbet

Não iria mudar de opinião quanto ao poder da IDEIA - muitas vezes escrita em maiúsculas para lhe dar ênfase. Assim, trinta e tal anos mais tarde, encontramos-lo afirmando: *Após a eclosão da consciência, isto é, do direito, surge nas comunidades humanas a revelação da Ideia. A natureza indica este caminho e a psicologia explica-o. A inteligência, no ser pensante, tem por base e condição primeira o sentimento. Conhecer-se a si mesmo implica necessariamente sentir-se; daí o cuidado com que o Poder, nas sociedades aristocráticas e*

*absolutistas, persegue e reprime reuniões populares, concílios, assembleias, associações, reuniões, tudo o que, numa palavra, possa despertar a consciência nas classes inferiores. Procura impedi-las de reflectir ou de actuar concertadamente; para isto é preciso impedir que se sintam. Farão parte da família como os cavalos, os carneiros, os cães; não terão consciência de si como classe e dificilmente como raça. Assim permanecem impenetráveis à ideia; a menos que a revelação lhes chegue de fora, a sua servidão poderá prolongar-se indefinidamente.*⁵

Proudhon é sensível ao poder inibitório da cultura política e crê que a origem das alterações revolucionárias tem de ser encontrada tanto na actividade do agitador / analista como em condições socio-económicas específicas. Confiava em que o povo responderá a argumentos que tenham para ele "sentido", e que o movimento para mudar a sociedade se pode desenvolver porque todos possuem "senso comum", uma razão que conduzirá da discussão dos princípios aos objectivos comuns.

Sem nunca desenvolver um sistema rígido, os argumentos de Proudhon visavam revelar os aspectos essenciais do capitalismo mais do que os seus aspectos históricos. Se há um objectivo persistente

to pode ver-se quando diz: *Não poderíamos nós, homens de senso comum, enquanto esperamos pela solução que o futuro sem dúvida trará, prepararmo-nos para esta grande transição através da análise dos poderes em luta e das suas qualidades positivas e negativas? Tal trabalho, efectuado com exactidão e consciência, mesmo que não nos leve directamente à solução, terá pelo menos a enorme vantagem de nos revelar as condições do problema e assim nos pôr de sobreaviso contra qualquer forma de utopia.*⁶

Proudhon identifica o grande conflito do seu tempo como sendo o do socialismo com a propriedade capitalista. Contudo este conflito mais não é que a última expressão dum conflito perpétuo nos assuntos humanos: *... a sociedade encontra-se, desde início, dividida em dois grandes partidos: um tradicional, essencialmente hierárquico que, consoante o objectivo que considera, se denomina respectivamente realza ou democracia, filosofia ou religião, numa palavra, propriedade; o outro, que ressuscita a cada crise da civilização, proclama-se antes de mais anárquico e ateu; quer dizer refractário a toda a autoridade divina e humana: é o socialismo.*

A economia política, que é a teoria e prática económica burguesa, expressão contemporânea da propriedade, *não se justifica nem pelas suas máximas nem pelas suas obras.*⁸ Contudo, os textos socialistas - e menciona alguns nomes em que se não inclui o de Marx - sofrem de incapacidade para delinear uma alternativa prática que tome em conta a fracção da economia política que poderá ser útil.

Proudhon nota que *assim, só a economia política tem sido dada oportunidade para converter as suas ideias em actos, enquanto que o socialismo pouco mais tem feito do que entregar-se a uma sátira perpétua.*⁹

O socialismo não tem de ciência, *mas que uns fragmentos de fisiologia e de economia política.*¹⁰

*Que os meus amigos comunistas me perdoem! Seria menos severo para com as suas ideias se não estivesse irremediavelmente convencido, na razão como no coração, que o comunismo, o republicanismo e todas as utopias sociais, políticas e religiosas que desdenham dos factos e das críticas, são o maior obstáculo que o progresso tem agora que vencer. Porque não compreenderão nunca que a fraternidade só pode ser estabelecida pela justiça...*¹¹

Rejeitar o capitalismo de mercado para adoptar uma sociedade igualitária administrada pelo Estado não era caminho que Proudhon seguisse. Pelo contrário, fala ao leitor do funcionamento actual da economia e de como a matéria prima, que era a sociedade humana que via ante si, podia ser atraída para uma sociedade justa - onde a justiça é a livre troca de bens pelos produtores, de acordo com o seu valor trabalho (chamado proporcionalidade), numa sociedade sem propriedade.¹² Isto é concebido intelectualmente como uma combinação dos princípios da economia política com os do socialismo, o que na prática significa liberdade e igualdade numa sociedade sem Estado.

A sua atitude básica é sempre a de que a actividade e o progresso na técnica económica tem por fim satisfazer necessidades sociais. Proudhon identifica as características fundamentais do capitalismo e mostra como este fracassa na realização daquela finalidade intrínseca. Divisão do trabalho, maquinaria, concorrência, monopólio e intervenção estatal têm, todos deles, elementos que contribuem para o bem estar da sociedade, mas todos falham:

- *A divisão do trabalho, por meio da qual a produtividade se expande, e na ausência da qual não há progresso... subalterna o trabalhador e torna inútil a inteli-*

O anarquismo de Proudhon

gência, prejudicial a riqueza e impossível a igualdade.¹³

- O desenvolvimento das máquinas pode criar pequenos produtores independentes (os trabalhadores *parcelares*), não vinculados a grandes aglomerados de trabalhadores que fazem, cada um deles, uma tarefa especializada. As máquinas podem, nas suas próprias palavras, *restaurar o trabalhador parcelar, diminuir a fadiga do trabalhador... aumentar o bem estar geral.*¹⁴ Contudo, o que as máquinas fizeram em regime capitalista, foi *engendrar simultaneamente a superprodução e a miséria.*¹⁵

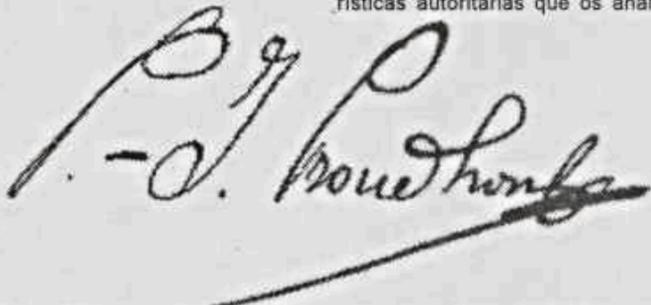
- A concorrência, diz Proudhon, torna a subdivisão do trabalho uma espécie de soberania na qual cada homem se encontra em toda a sua força e independência;¹⁶ é necessário para a constituição do valor que permanece um mistério sob o monopólio.¹⁷

Contudo a concorrência também reduz à miséria a classe trabalhadora, tornando-a pobre e condenada às "working houses", e como os trabalhadores são carne para canhão, as trabalhadoras são carne para a prostituição.¹⁸ Além de que ... hoje, absolutamente tudo foi monopolizado pela concorrência.¹⁹

- Contudo, mesmo o monopólio tem, para Proudhon, o seu lado positivo, quando entendido como autonomia pessoal sobre o trabalho próprio e o seu produto, como o direito do inventor a obter vantagens das suas invenções, tal como é reconhecido numa sociedade de pessoas independentes. O monopólio é um puro acto de vontade colectiva,²⁰ que reconhece o direito ditatorial concedido pela natureza a cada produtor ... de dispor soberanamente dos instrumentos que criou e do capital acumulado pela sua economia.²¹ Isto é obviamente muito diferente do monopólio capitalista que nos é familiar. Porque o monopólio, sob hierarquia económica, é uma distorção onde o desemprego e a superprodução alcançam o seu máximo.

Tal é, para Proudhon, o sistema de contradições económicas que o capitalismo, também denominado economia política, é. Resume o carácter duma economia distorcida, mas que possui propriedades intrínsecas com consequências em todas as relações humanas. A organização futura duma sociedade justa deve ser encontrada aqui.

Sem sociedade justa, o Estado é a extensão lógica do monopólio. O Estado intervem para aplacar e pacificar as consequências do capitalismo de mercado. Torna-se, contudo, um meio mais de controlar os pobres.



...o exército, os tribunais, a polícia, as escolas, os hospitais, os albergues, as casas de refúgio e correcção, a função pública, a própria religião, tudo o que a sociedade cria para protecção, emancipação e alívio do proletário, se volta contra este ou se perde na medida em que lhe diz respeito.²²

Proudhon rejeita firmemente a autoridade estatal como meio de solucionar as desigualdades criadas pela propriedade, quer na forma do elitismo revolucionário de Blanqui, quer na das aspirações reformistas de Louis Blanc.

Proudhon pretende aproveitar da economia política os seus elementos úteis, combinando-os com um igualitarismo libertário. Chamou-lhe síntese da economia política e do socialismo. Tomando a humanidade de tal como a vê, encara a possibilidade

duma associação não egoísta como um sonho. A alternativa ao socialismo de Estado e ao capitalismo deve ter isto em conta. Somos pois levados a ver a *necessidade de sujeitar o capital ao trabalho... a necessidade que o trabalho do povo, não o seu valor nem os seus votos, possa, por uma combinação científica, legítima, imortal, insuperável, sujeitar o capital ao povo e entregar a este o poder.*²³

Este poder deve ser implementado directamente, não por mediação estatal. O seu princípio imediato será o da igualdade universal e a relação entre pessoas deverá ser mutualista.

Não é minha intenção delinear aqui um sistema proudhoniano alternativo. Mas podemos dizer que o mutualismo foi encarado por Proudhon como um sistema de contratos pessoais que subsiste por mútua vantagem das partes contratantes. O objectivo é uma sociedade assente na reciprocidade. É possível que Proudhon crescesse mais para o artesão e para o pequeno produtor - o *parcelar* - que para o proletário da grande fábrica, embora se não possa ignorar a sua ulterior defesa duma organização federal das organizações industriais. O facto é que Proudhon, na sua análise do carácter do capitalismo na década de 1840, nos revela algumas das permanentes ambiguidades do sistema capitalista; aspectos que fazem dele um método inadequado de organização da sociedade e da economia. Afirma claramente que a divisão do trabalho, o desenvolvimento da maquinaria e a competitividade em sistema capitalista conduziram à hierarquia e à exploração. Contudo, poderão ainda existir parcialmente numa realidade anarquista; mas, onde não exista propriedade e a igualdade e a reciprocidade estejam na ordem do dia, não produzirão consequências nefastas. A concorrência, na sua expressão mais elevada, é a engrenagem por meio da qual os trabalhadores se estimularão e apoiarão reciprocamente.²⁴

Sem pretender que Proudhon nos dá um sistema acabado, ou mesmo que a sua explanação é satisfatória, pode contudo dizer-se que no espírito dos seus escritos há alguma continuidade e coerência. Desde a sua época têm-se intensificado as tendências negativas do desenvolvimento capitalista, tal como ele as delineou e aqui se resumem. O capitalismo da grande empresa, transnacional, destruidor do ambiente, é a última versão dum sistema de megamaquinismos. Por outro lado o marxismo operacional desenvolveu todas as características autoritárias que os anarquistas ti-

nam previsto. Mobilizando a revolução através do Estado, manteve as hierarquias económica e política, ideologicamente justificadas pela figura de retórica designada por *centralismo democrático*.

O socialismo de Estado (ou, se se preferir, *capitalismo de Estado*) fracassou, alienando as populações e mostrando-se incapaz de organizar eficientemente os recursos da sociedade. Dizem alguns que o óbvio fracasso das economias estatais centralizadas significam que o *capitalismo ganhou*. A ser verdade, seria uma tristeza para a humanidade. Contudo, é simplificar demasiado as opções teóricas e práticas, sugerir que a escolha é entre capitalismo e socialismo, tal como existem na realidade contemporânea.

Vivemos numa época em que existe gran-

de preocupação com a destruição do ambiente pelas forças produtivas, quer em regime capitalista quer socialista de Estado, tornando o mundo inadequado para a vida. Há o sentimento de que devem ser adoptadas organizações sócio-económicas e tecnológicas à escala humana como meio de obter controlo directo sobre as nossas vidas e de garantir uma utilização não destruidora dos recursos. Estão na agenda política ordens sociais alternativas, em que os

rança para todos; que em vez de pedir lucros para o capital e protecção ao Estado, subordine o capital e o Estado ao trabalho; que, através de permutas justas, crie uma verdadeira solidariedade entre as pessoas; que, sem interferir com a iniciativa individual nem impedir a economia doméstica, sempre devolva à sociedade as riquezas produzidas; que, no movimento dos capitais assegure a igualdade política e industrial dos cidadãos, e por um vasto sis-



Pierre-Joseph Proudhon, o destruidor da propriedade - Caricatura de Daumier

indivíduos controlem directamente, parcial ou totalmente, as suas vidas em grupos ou comunidades com benefício recíproco.

Neste contexto os textos de Proudhon chocam pela sua notável modernidade. Fornecem uma base não dogmática para reanalisar a sociedade em que vivemos e permite-nos considerar a lógica imperfeita do capitalismo e do socialismo de Estado - que a maioria vê, numa perspectiva humana, como sistemas falhados. Há quase trinta anos Marcuse escreveu que

*Quando o capitalismo enfrenta o desafio do comunismo enfrenta as suas próprias capacidades... Ambos sistemas têm as suas aptidões distorcidas a ponto de não serem reconhecíveis e, em ambos a razão é, em última análise, a mesma - a luta contra uma forma de vida que dissolveria a base da dominação.*²⁵

Penso que isto capta muito das preocupações de Proudhon, embora ele não tivesse visto as colossais distorções da organização humana que hoje enfrentamos. Proudhon queria libertar-se das hierarquias associadas à propriedade e ao Estado. Para o conseguir procurou uma síntese que denominou *mutualidade*, que unificaria os interesses do indivíduo e da comunidade, sem predomínio ou exclusão de qualquer deles:

Mas qual será a fórmula desta equação? Podemos antever já que será uma lei de permuta, uma teoria de MUTUALIDADE, um sistema de garantias que põe termo às velhas formas das nossas sociedades civis e comerciais, que satisfaz todas as condições de eficiência, progresso e justiça indicadas nesta crítica; uma sociedade que não é simplesmente convencional mas autêntica; que faz da distribuição uma ciência; que abole a nossa subordinação à máquina e previne os inconvenientes da sua introdução; que torna benéfica a concorrência e o monopólio um penhor de segu-

tema de educação pública, de nível cada vez mais elevado, produza a igualdade de capacidades e funções; que, pela justiça, conforto e virtude renove a consciência humana e assegure a harmonia entre gerações; uma sociedade que, numa palavra, seja concomitantemente organização e desenvolvimento, satisfaça necessidades, garanta tudo e não nos obrigue a nada.²⁶

Pode soar fantasioso a quem foi criado no cinismo fatalista das estruturas desumanizantes do Leste e do Ocidente. Contudo, como afirmação das pré-condições duma comunidade autogerida, orienta a nossa atenção para as preocupações principais. Marx pode bem tê-las desprezado como sonho dum socialista burguês que não via que as circunstâncias históricas impediam o tipo de escolhas indicadas por Proudhon. Talvez hoje, no fracasso geral da alternativa marxista ao capitalismo desumanizante, não possamos ser tão prontos a concordar.

Frank Harrison

NOTAS:

- 1 - Marx, K., Engels, F.: Collected Works, vol. 8, New York, International Publishers, 1976, p. 129;
- 2 - Proudhon, P.J.: System of Economic Contradictions or, The Philosophy of Misery (Poverty), New York, Arno Press, 1972, p. 75; 3 - Proudhon, P.J.: op. cit., p. 19; 4 - Proudhon, P.J.: What is Property?, London, William Reeves, 1969, p. 271;
- 5 - Proudhon, P.J.: De la Capacité Politique des Classes Ouvrières, Paris, Librairie Internationale, 1873, pp. 53-54; 6 - The Philosophy of Misery (Poverty), New York, Arno Press, 1972, p. 51;
- 7 - Idem, p. 51; 8 - Idem, p. 72; 9 - Idem, p. 52;
- 10 - Idem, p. 61; 11 - Idem, p. 281; 12 - Idem, p. 283; 13 - Idem, p. 133; 10 - Idem, p. 61; 11 - Idem, p. 281; 12 - Idem, p. 283; 13 - Idem, p. 133; 14 - Idem, p. 174; 15 - Idem, p. 204; 16 - Idem, p. 223; 17 - Idem, p. 226; 18 - Idem, p. 257; 19 - Idem, p. 251; 20 - Idem, p. 287; 21 - Idem, p. 274; 22 - Idem, p. 331; 23 - Idem, p. 402; 24 - Idem, p. 425; 25 - Marcuse, H.: One-Dimensional Man, Boston, Beacon Press, 1968, p. 55; 26 - Proudhon, P.J.: Philosophie de la Misère, Paris, Union Générale d'Éditions, 1964, pp. 303-334.

Histórias de proveito e exemplo

Fado Papua

Havia um país cheio de tipos foleiros a olho que faziam coisas horríveis e passavam o tempo a falar de qualidade. Fartavam-se de trabalhar e produziam objectos do tipo macos guarda-chaves, daqueles que se lhes espreme a pança e ficam excitados sexualmente. Havia também outras coisas mais tradicionais e toscas, feitas em loiça de barro vermelho e depois tinham ainda músicas do tipo Ó Maria dá-me a coisa, Maria. É claro que ninguém, a não ser eles próprios e algum turista sedento por souvenirs genuínos, comprava tais coisas. Por isso pouco conseguiam vender neste mundo cheio de coisas boas. Enfim, não eram competitivos nem tinham qualidade.

Assim ao ouvirem falar dessa coisa da qualidade, da competência e da competitividade, abriam-se perante a vista prados verdejantes e mares de safira sem fim. Era a chave do sucesso ali mesmo ao pé e não lhe conseguiam chegar. E no final todos concordavam: eles eram pirosos porque eram pobres e eram pobres porque eles eram pirosos. Era um círculo vicioso.

E assim viviam resignados.

Um dia descobriram uma arca cheia de ouro que, imerecida, parecia ter caído do

céu. Quis a Divina Providência, já cansada de tanta reza piedosa daquelas gentes, dar-lhes daquela maneira a derradeira oportunidade de terem melhor sina. Sabendo isso, logo pensaram em gastar aquele ouro muito bem gasto. Esqueceram tentações do passado, vaidades e futilidades. Pensaram em ser ricos de tal forma que continuariam sempre ricos, como os ricos faziam aliás. Porque se eles eram ricos era porque faziam o que faziam e não faziam o que faziam porque eram ricos, concluiu após demorado estudo uma comissão de notáveis nomeada para o efeito. E assim encontram maneira de aplicar aquele tesouro. Passariam a fazer o mesmo que faziam os ricos lá nos seus países.

Assim compraram bons carros, construíram estradas, imensas estradas, pontes e tudo o mais. Pentearam-se e lavaram-se de tal modo que pouco tempo depois já ninguém notava a sua origem papua. É claro que se uns melhor tinham aproveitado daqueles gastos era porque melhor o souberam fazer e melhor era para o interesse de todos. Porque se outros fossem a gerir o dinheiro que não aqueles, o mesmo teriam feito - diziam eles.

E, no entanto, estradas, pontes, enfim, tudo isso, não era o essencial. O essencial era a educação, proclamavam solenemente governantes e técnicos do progresso. Descobriram até que era nova indústria produtora de canudos, que atraía gentes e parques capitais como convinha e que, por isso, era capaz de povoar terrenos ermos, como as sesmarias no tempo dos afonsinos. E assim construíram novas escolas, superiores se diziam, em lugares pasmados com cursos que não lembrava ao diabo mas que, diziam os técnicos, bem cumpriam a sua função (mas nisto se escusavam a explicar).

E passadas duas décadas de prosperidade ardilosa ficaram a saber que, com mais estrada menos escola, com mais escola menos escola, ficaram iguais a si próprios; tão papuas quanto foleiros. Tal era o triste fado que só no escárnio e mal-dizer de si mesmos encontravam alguma consolação.

Isto diziam os menos afectados. Porque os restantes, se não defendiam tamanhos vícios ou limitações como o melhor que a raça parira, nunca notaram qualquer diferença.

Valentim

✉ de Bragança:

Racismo com máscara Racismo sem máscara

Ontem, 12 de Junho, faleceu mais uma vítima da intolerância.

Os autores materiais foram um bando de *skin-heads*, que, pela segunda vez, causam uma vítima mortal. Infelizmente a indignação de muita gente vem ao de cima só nestas situações limites, apesar de se saber que regularmente várias pessoas são agredidas por este bando de trogloditas.

É nestas alturas que custa não dar corpo ao sentimento de justiça popular, de justiça de fafe. Mas com isto só iríamos dar voz aos nossos instintos mais primários, ficando por atacar os problemas de fundo: os autores morais.

Estes bandos de "cérebro rapado" só aparecem quando existe uma faixa significativa da população com sentimentos racistas, xenófobos.

Estes grupos são apenas a ponta do icebergue, a faixa dos mais impacientes, dos partidários da acção directa, cuja legitimidade moral vão buscar a essa outra faixa de população racista e xenófoba, repito.

E que não se julgue que só porque no dia 10 de junho grupos de militares saudistas comemoram o Dia da Raça, se deve este tipo de acções. O Kaúlza de Arriaga e o Alpoim Calvão são fascistas descarados, e com direito a tempo de antena, mas estes não são os mais perigosos. Estes são lobos com pele de lobo.

Perigosos são os lobos com pele de cordeiro. E estes bem instalados no poder, assinam acordos de Schengen, ratificam-nos, subscrevem-nos, não os referendam, ...

Não estamos esquecidos de todos os entraves (im)postos à legalização de imigrantes.

Não, não estamos esquecidos da campanha que o sr. Dias Loureiro (e portanto todos os que nele votam, e são muitos) e o seu serviço de Fronteiras moveu contra os brasileiros. (Lembramo-nos ainda das manifestações públicas de certos grupos contra os dentistas brasileiros e, por acréscimo, contra todos os brasileiros - campanha com suporte mediático que fez com que nas conversas de rua passasse a ser vulgar falar "nesses brasileiros que p'ra aqui vêm trabalhar".)

E ainda estamos menos esquecidos das recentes milícias populares contra os ciganos. Uma espécie de caça às bruxas ou aos fantasmas que desde a nossa infância habitam o nosso imaginário. ("Os ciganos são isto." "Os ciganos são aquilo".)

A terreiro vieram os senhores do poder, não defender os ciganos, mas apenas criticar as milícias populares. Eles gostam de saber que têm o exclusivo da violência.

E a que assistimos nos dias seguintes? Vários acampamentos de ciganos são vasculhados a pretexto da droga, esse eterno fantasma, que acabam por não encontrar (embora os *media* o não digam explicitamente).

Os "donos da repressão" mostram assim que quando querem sabem usar a força.

(E já se esqueceram da aprovação, por unanimidade, de uma resolução da Câmara Municipal de Ponte de Lima que previa a expulsão de todos os ciganos do seu concelho?).

Abundam os lobos disfarçados ...

(Jun. 95) Amílcar Lopes

"Quem pode manter a serenidade num país onde tanto os governantes como os governados dispensam os princípios? "

H.D.Thoreau

Pela imprensa:

Varredores vs ministros

No *Público* de 5 de Junho noticia-se o resultado dum questionário enviado pelo conceituado periódico britânico *The Economist* a quatro funcionários de recolha de lixo, quatro antigos ministros das Finanças de países da OCDE, quatro presidentes de multinacionais e quatro estudantes de Oxford. O dito questionário versava temas como a paridade entre a libra e o dólar, a inflação e a evolução comparada do produto interno bruto (o célebre PIB que tanto tem dado que falar entre nós no decurso da actual pré-campanha eleitoral!) de Singapura e da Austrália, no período 1984-1994. Em termos de percentagem de respostas certas ficaram em primeiro lugar os funcionários de recolha do lixo, em segundo os presidentes das multinacionais, em terceiro os estudantes de Oxford e em último os antigos ministros das Finanças. Até aqui tudo bem, nada vemos de insólito nos resultados. Os comentários é que nos suscitam também al-

guns comentários e interrogações. Assim *The Economist* conclui que o conteúdo dos caixotes do lixo pode bem ser um indicador da economia do país. A conclusão parece-nos absurda pois os funcionários de recolha do lixo consultados eram da Grã-Bretanha e não da Austrália ou de Singapura. Quando muito poderiam dizer indicador da economia internacional. Já o *Público* se aproxima mais das nossas opiniões quando sugere que também se poderia extrair uma outra conclusão: os ministros das Finanças não estão tão bem preparados para as suas funções como geralmente se pensa. Será que se pensa geralmente assim? Para nós portugueses, que há uma década vivemos num Oásis (com maiúscula), informados de que a Suécia tem muito que aprender connosco em matéria de política económica, fica-nos uma grande interrogação: seriam os tais ministros inquiridos nossos compatriotas?

Do quotidiano:

Metro - quatro minutos



Rotunda. O relógio da estação marcava 10.31. Era sábado. Dia de duas carruagens, com pouca gente. Na perspectiva de uma viagem curta, esbocei a intenção de me encostar a um dos varões horizontais da entrada. Senti-me então empurrado, como se alguém tivesse saltado em pleno fechar de portas.

- Fui roubado! - gritou um homem, junto à porta fronteira. Nutrido, usava óculos de forte graduação. Aparentava sessenta ou setenta anos. Estava pálido.

- Foi ele! - acrescentou a mulher a seu lado, apontando um homem de espinha encostada ao varão central. Ainda mais

nutrida que o homem de óculos, aparentava a sua idade. Vestia com ostentação.

O acusado abriu os braços, imitando a estátua do Pragal. Impressionava o rigor do gesto.

- Pode revistar-me - disse.

- Não foi ele! - gritou outro homem, agarrado ao varão horizontal do lado da entrada oposto ao meu, como se dissesse: "Grande asneira!" - O que roubou "pirou-se". As portas ainda lhe tocaram...

O homem do centro virou-se para ele:

- Ainda bem que o amigo viu.

O visado sorriu e abanou a cabeça.

O comboio chegara à Avenida. O homem do varão central saiu. Na gare criou um sorriso.

- Estou há vinte e oito anos no Brasil e nunca vi lá nada disto! - queixou-se a mulher.

- O pior são os documentos ... - lamentou-se o companheiro.

- Mas fixaste o "cara"? Não!? Temos de ir à polícia! - insistiu a mulher.

Sairam nos Restauradores, indecisos no rumo.

- Um deus a injeção e o outro sacou a seringa - comentou o homem do outro lado da entrada, como se contasse uma anedota. Parecia gostar de utilizar subentendidos.

O comboio atingiu o Rossio.

Saimos os dois, cada um para seu lado.

O relógio da estação marcava 10.35.

Ernesto de Vasconcelos

Crónicas

PERVERSIDADES - I

Dizia há dias um digníssimo político do Norte (o não ser do Sul é perfeitamente irrelevante) que tudo aquilo que de mal existe hoje na sociedade portuguesa é o resultado do "muito bem" que este governo tem feito. Resultado ou "efeito perverso", como *brilhantemente* concluía. Para além do facto da palavra *perverso*, agora muito em voga no meio intele-actual, não ser muito clara para a maioria não intele-actual, sobra o outro facto, bem mais importante, de que, para este senhor, o bem se mede pelo mal que provoca. Assim, explicava ele: no nosso país há desemprego (e como negá-lo, sr. L. Meneses?), há mesmo muitos licenciados desempregados, mas isso é porque *eles* os formaram aos milhares, porque permitiram o acesso à Universidade a milhares de jovens. Agora, claro, não encontram emprego. Nas nossas grandes cidades, a insegurança aumentou (o que convenhamos, sr. L. Meneses, até deve dar jeito ao poder, pois pode, deste modo, ter mais polícias, mais controlo sobre os cidadãos, e, conseqüentemente, obter uma maior garantia de sucesso), mas isso é porque *eles*, isto é, o governo, desenvolveram tanto as cidades que as pessoas acorrem em massa a esses centros.

Não adiantaria, parece-me, contradizer o citado político, argumentando, por exemplo, desta maneira: e os milhares de desempregados que não são licenciados? e os milhares de jovens que não entraram nas Faculdades? Qual foi o "bem" que provocou a perversidade da falência massiva de empresas, o despedimento e a miséria de tantos homens e mulheres? Será para evitar um ainda maior desemprego na classe dos licenciados que o "numerus clausus" continua a existir?

Valeria a pena argumentar que as pessoas vêm para as grandes cidades porque o desenvolvimento, as perspectivas e condições de subsistência são quase nulos nas zonas rurais? Aí o sr. L. Meneses,

ou outro qualquer menesista, diria que a falta de desenvolvimento nas vilas e aldeias de Portugal é um grande bem, pois tem em vista a preservação do ambiente, nesta época tão ecológica, tão "verde", tão conscienciosa por que passamos... Neste caso é o "bem" da ausência de poluição que gera o "efeito perverso" da fome do corpo e do espírito.

Valeria a pena censurar o político, na qualidade de defensor do governo da nação, por este não ter tido "peso, conta e medida" no progresso, nas reformas estruturais, no aumento vertiginoso do nível de vida dos portugueses? Porque razão não foram *eles* mais comedidos: em vez de construir tantas auto-estradas, não poderiam ter arranjado apenas os buracos da Rua de S. Bento? Em vez de construir tantos hospitais, não poderiam ter-se limitado a mandar alcatifar o Hospital de S. Francisco Xavier? E, em vez de fazerem tantos licenciados, por que motivo não patrocinaram dois ou três cursos de formação profissional numa qualquer empresa fantasma? É que não há fartura que não dê em fome, como diz o novo ditado... É, realmente, foi pena que não tivessem feito algumas coisitas menos boas. Quem sabe se um "efeito perverso" ao contrário não nos teria deixado no paraíso.

A verdade é que, como não vale a pena argumentar, ou censurar, este tipo de lógica aberrante só merece mesmo uma enorme, enorme gargalhada.

Mas, atenção, neste nosso país, até uma boa gargalhada pode ter um "efeito perverso". A pessoa põe-se a rir, a rir, e, às tantas, perde o fôlego, o coração atira-se e, depois, não há auto-estrada, nem hospital, nem sequer licenciado que lhe valham.

PERVERSIDADES - II

Há alguns anos atrás, era o P.C.P. que se apresentava como um partido de paredes de vidro. Agora, é o P.S.D. que lidera a campanha pela transparência, no que é, obviamente, seguido pelas oposi-

ções. Pretende-se assim continuar a quebrar o já tão periclitante encanto da camada política em Portugal.

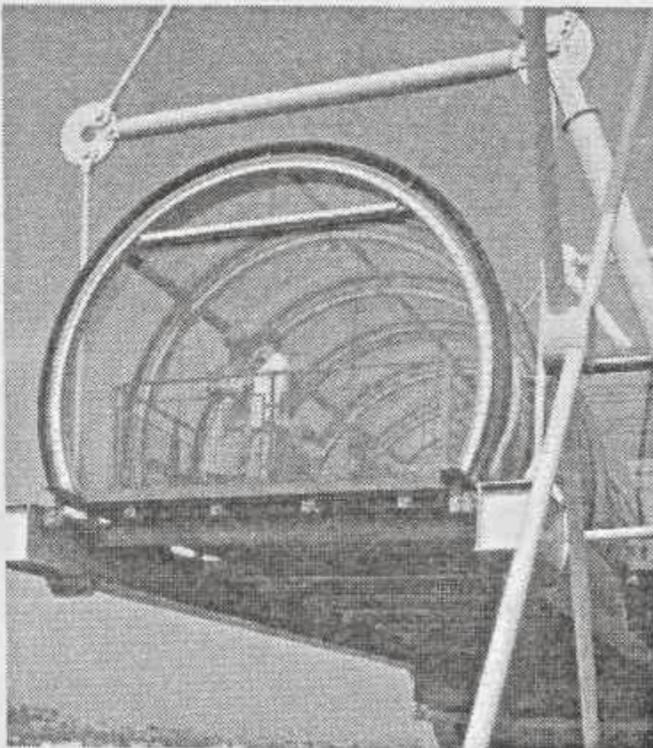
Esta mania de pôr tudo à mostra que vem infectando os nossos costumes, outrora tão singelos, tão decentes, preocupa-me seriamente. Então não querem que toda a gente veja, que toda a gente saiba quanto ganham os políticos, quantas moradias possuem e com que dinheiro as compraram, donde vem a grossa maquia para financiar os partidos, etc., etc.? Não digo que não lucremos alguma coisa com estas medidas - é sempre melhor ver e saber que viver na ignorância e na ingenuidade.

Pergunto, porém: este "voyeurismo" a que nos impelem, esta ausência de mistério, não terá também os seus efeitos perversos?

Não ficaremos todos com vontade de ser políticos e ganhar mais num único dia do que a esmagadora maioria da população portuguesa ganha, quando ganha, num mês. Não nos bateremos todos cada vez mais por ser deputados? E, depois, não transformaremos Portugal num país de gente transparente, com os interiores todos à vista?

Será que passaremos a respeitar essa chusma de privilegiados, se soubermos que comeram, pelo menos, 26 mil contos por ano do bolo comum? Não nos crescerá uma raiva ainda maior? Não terão alguns a tentação de pegar em armas, naquelas mesmo que, *transparentemen-*

te, continuamos a fabricar? Não correremos o risco, sei lá, duma guerra civil? E, então, a nossa segurançinha que tanta



inveja faz aos outros países europeus, que será feito dela? E a nossa estabilidade económica (conseguida laboriosamente, à custa de uma meia-dúzia *transparentemente* cheia de chorudos rendimentos, posta num dos pratos da balança, contra as mil dúzias encobertamente vazias, postas no outro prato) não irá também pela água-que-quase-já-não-há abaixo?

Não, não auguro nada de bom. E mesmo que nós portugueses, os eternos imbecis, fiquemos de braços cruzados e olho arregalado a espreitar os outros, à transparência, quem nos livrará da vergonha do que, certamente, iremos ver?

Guerreiro Cansado

Foz Coa: humor e raiva

De tudo se tem dito. Que o governo não governa, que se ausentou, que, se calhar, já nem existe. Não é verdade! Há é um grande problema cuja solução se apresenta algo intrincada. O que acontece de facto é que o governo medita. Medita nos gabinetes, leva a meditação para casa e aí faz mais umas horas, medita também enquanto dorme.

É certo que enquanto medita se distrai. E que, devido a essa distração, avança a seca no Alentejo, avança também a geada no Norte, quem sabe se num oportunista cerco a Lisboa. Perde-se também nas pescas em Bruxelas; mas o certo é que o governo nem se ausentou nem dorme: medita!

Eis senão quando, já tudo indicava não ser meditação mas letargia em vias de confirmação, o braço afoito estende-se de repente. E, pendurada pela gola vem a procurada solução tremelcando de pavor: afinal aqueles malucos do Paleolítico faziam parte das forças do bloqueio. Só podia ser! Com tantas possibilidades de escolha que havia por esse mundo sem dono e logo ali nos terrenos da barragem...

E, para provar que não dorme durante o trabalho, começou de imediato o governo por apreciar a proposta avançada pela dinamite como forma eloquente de limpeza. Não sendo essa ideia posta de parte havia, porém, algo mais urgente: dar uma resposta firme aos atrevidos. Vai daí o constar de rápidos preparativos para uma operação jamais empreendida: carregam-se duas ou três car-

rinhas de polícia de choque e despeja-se pela história abaixo. Quando se apanharem esses vagabundos do ar livre, de maceta e picanço na unha a escrevinhar a sua política nos rochedos da E.D.P. aplicam-se-lhes as mesmas doses usadas aquando da ponte e da Marinha Grande, que é receita que nunca falha.

Malandros! Escrevinhar cabras e cavalos como se um país assumidamente europeu se pudesse perder em coisas da era da carroça.

É imperdoável que num tempo em que a relação com os deuses era tu cá, tu lá, não se tenha aproveitado para lhes arrancar a fórmula mágica da multiplicação do cifrão sem esforço e gravar isso na pedra como herança. Ai sim! Estaríamos perante o grande achado da história. Mobilizavam-se os pedreiros como se de defesa nacional se tratasse e erguia-se todo em redor muro mais alto do que aquele deputado ergueu na sua quinta de Sintra. Então aí, era só arrecadar...

Penso que nunca houve tão justa medida para a contundente frase: "atirar pérolas a porcos". De facto, com tanto rochedo que havia por esse mundo de ninguém, logo aqui, num tempo em que os corvos patrulhavam os ares com os seus voos

sinistros. E a democracia caminha trôpega com mil punhais cravados nas costas.

Devíamos beijar essas pedras. Gritar com quanta força tivéssemos até que ao outro lado do mundo a notícia chegasse, e estudiosos e turistas e toda a gente soubesse que esta fora a terra escolhida. Cerca de catorze quilómetros de valiosos diálogos transmitidos desde há vinte mil anos. E só eles não dão por nada! Perante o domínio dos brutos há que erguer uma intransponível barreira de protestos. Que seja tão densa que não permita que, aproveitando-se da noite da sua ignorância, os aprendizes de feiticeiro se apro-

ximem até ao ponto em que já só nos reste a vergonha e o irremediável.

João Santiago



Algumas notas sobre a Internet (e o anarquismo)

- 1ª Parte -

É minha convicção de que a rede de redes informáticas vulgarmente conhecida como Internet, e que representa já hoje uma questão importante no âmbito da troca de informações entre seres humanos (que condiciona por sua vez todo o resto), já é e será ainda mais uma questão incontornável entre as ideias anarquistas. E

ção mútua voluntária, e de espontaneidade na criação de informação, tudo conceitos encontráveis não só em obras de teoria anarquista da ciência (Paul Feyrabend, *Contra o Método*), como em obras de literatura utópica (ver a troca de informações em Anarres na famosa obra de Ursula K. Le Guin, *Os Despojados*). Sem

Nova Zelândia (a África - exceptuando a África do Sul - e partes da Oceânia seguem mais uma vez a regra da discriminação). No entanto, uma das suas componentes mais actuais e importantes (a *World Wide Web*) foi criada há apenas dois anos por um grupo de cientistas de Genebra, Suíça. Falaremos dela mais à frente.

Na Internet funciona tudo segundo os princípios da vantagem mútua e da associação livre. Por exemplo: qualquer utilizador tem acesso a toda a informação disponível, seja ela relativa à literatura italiana, proveniente de uma Igreja Adventista, ou trocada num grupo de esperantistas. Mas cada utilizador só lê e só recebe a informação que quer: ninguém nos obriga a ter que ler os folhetos das testemunhas de Jeová que por lá andam. Basta não os seleccionar. Procuramos a informação que nos interessa e é essa que lemos. Também não existe violação do indivíduo: só se coloca em acesso geral a informação que queremos. A restante fica em lugares inacessíveis do nosso computador, ou, se formos desconfiados (e talvez devamos ser), noutro computador, em disquetes ou nos insubstituíveis bloco-notas.

Por outro lado, a net é uma rede cooperativa estável. Toda a gente que lá coloca informação (se exceptuarmos a publicidade, que representa muito pouco na net), a coloca por ter vontade de trocar documentação, conhecer mais gente ocupada nos mesmos temas, pedir esclarecimentos, etc. É muito frequente aparecerem perguntas nos grupos de discussão ou nas páginas (homepage) da www deste tipo: alguém conhece o artigo tal? quem sabe alguma coisa acerca de filosofia inca? que bibliografia devo procurar? Cinco minutos depois podem aparecer dez respostas de dez pessoas diferentes (na Austrália, no Brasil e na Suécia), embora também se possam passar semanas sem que ninguém nos diga nada.

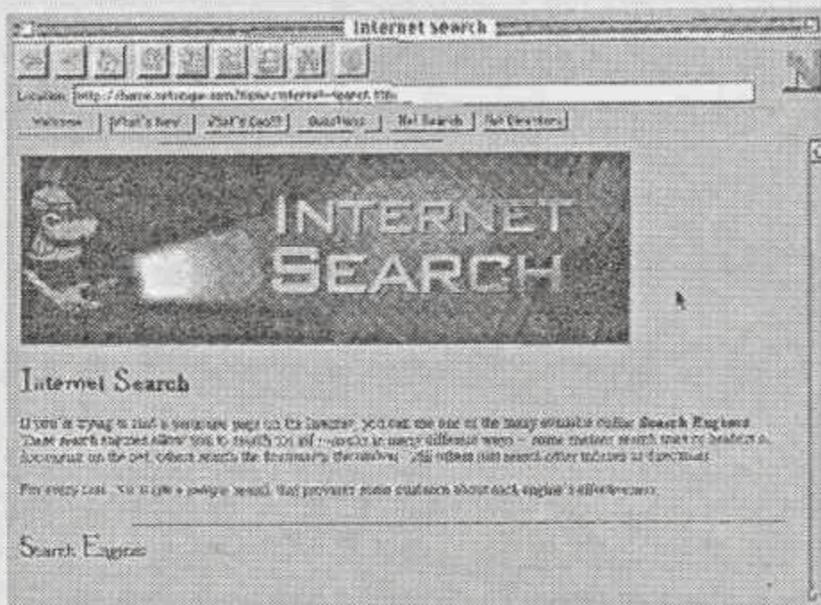
Em último lugar (apenas por questões de espaço), não existe um unidade na internet que julgue e castigue ninguém. Isso é deixado ao critério dos utilizadores. Um exemplo, se mandar um folheto das testemunhas de Jeová para vários milha-

res de pessoas que não me pediram nada, determinam os costumes da internet que esses milhares de pessoas, se tiverem paciência para tal (e têm sempre), me mandem de volta ficheiros enormes com texto incompreensível ou simplesmente com insultos. Ficarei com o computador cheio de informação desnecessária e bloqueado e demorarei dias ou semanas a resolver o problema. Isto acontece frequentemente quando empresas utilizam a net para fazer publicidade fora dos espaços de publicidade e compras. Por outro lado, seria impossível que eu levasse tal tratamento se não tivesse mandado o dito folheto (era preciso que alguns milhares de maquiavélicos surfistas da net decidissem chatear apenas um desgraçado utilizador que nunca lhes tinha feito nada).

O que é curioso é que todas estas questões sobre anarquia e anarquismo nas redes de computadores não foram levantadas pelos próprios anarquistas, que no entanto têm nos últimos tempos entrado na rede com muito entusiasmo. São principalmente os cientistas a verem as analogias entre os dois "sistemas". E precisamente quando já tinha este artigo pronto apareceram notícias sobre Jaron Lanier, um dos maiores génios informáticos da actualidade, que passou pela Bial da Utopia de Cascais, e que não podia ser mais claro acerca das questões que agora temos em comum (ver o *Público* de 12/6/95). Ouçamos o que ele diz: "...há dois anos atrás veríamos uma série de empresas, como a Comuserve e outras, nos Estados Unidos e no mundo, que se esforçavam para promover uma espécie de serviço informático gráfico em rede... Faziam concursos, tinham publicidade televisiva, gastavam uma enorme quantidade de dinheiro. Nessa altura, o maior número de pessoas que uma delas conseguiu cativar foi dois milhões de indivíduos. A www começou gratuitamente. Era apenas uma ideia que alguém teve sobre um modo de usar a Internet. Foi desenvolvida inicialmente por físicos na Suíça... Espalhou-se sem qualquer planeamento, sem dinheiro por detrás, sem publicidade, sem nenhum patrão, sem que ninguém pensasse sequer no que estava a acontecer e excedeu a marca de dois milhões em seis meses. É um caso muito interessante. No mercado livre do capitalismo, a anarquia ganhou ao capitalismo. Isto é algo muito especial, muito precioso... Ninguém sabe se vai durar, mas dois anos é bem bom. É melhor que Barcelona em 1936 ou coisa parecida. É algo bastante estável como anarquia. E não há problemas orgânicos, continua a crescer."

Na próxima parte deste artigo falaremos da www e seremos pessimistas.

Rui Tavares



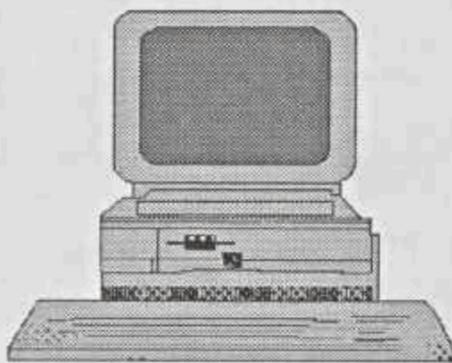
não quero dizer que o seja de forma indirecta, por poder eventualmente vir a desempenhar um papel importante na sociedade da próxima década; mas directamente, por colocar questões bem concretas ao anarquismo, por lhe trazer novos campos de reflexão e luta, por fornecer exemplos bem práticos de funcionamento anárquico de uma "instituição", por ser uma metáfora de anarquismo, etc.

Não pretendo discutir neste artigo todas estas questões, mas apenas referi-las, ao mesmo tempo que passo por uma série de conselhos bem práticos que poderão interessar aos leitores que nunca tiveram contacto com este tema. Devo, no entanto, avisar desde já que não estou especialmente habilitado para falar da Internet, um mundo que desconheço quase totalmente, mas que o faço com uma boa razão e uma boa desculpa. A boa razão é que quanto mais cedo o tema for conhecido e debatido no meio anarquista (ou outros meios alternativos e dissidentes) mais interessantes e sofisticadas serão as respostas que lhe daremos e melhor será a utilização que dele faremos. A boa desculpa é que absolutamente ninguém conhece absolutamente a Internet: tornou-se tão impossível como conhecer completamente os milhões de espécimes depositados na Biblioteca Nacional de Paris ou na Torre do Tombo, daí que baste qualquer pessoa com algumas ideias gerais para discutir toda esta embrulhada.

Começemos então com um pouco de história: a Internet nasceu através do trabalho de especialistas em informática do exército dos E.U.A. Aqui começam, e de forma inesperada, as intersecções com o anarquismo. Estando a trabalhar num meio na altura demasiado técnico e recôndito para povoarem a criação de uma ferramenta científica com preconceitos ideológicos, os militares viraram-se simplesmente para o esquema mais eficiente e proveitoso de troca de dados que puderam imaginar. Chegaram naturalmente à ideia de troca livre de ideias, de associa-

terem consciência do potencial subversivo dos seus actos, criaram a primeira réplica de ambiente anárquico neste tipo de sistemas. Dado o desinteresse que em termos militares a rede veio a representar, foi deixada aberta. Foi então que a comunidade científica civil americana se apercebeu das virtualidades da rede e a começou a utilizar para os seus diálogos e trocas de informação.

A Internet já era então basicamente o que é hoje, visto que a estrutura básica não se altera: diversos computadores pessoais ligados numa rede a computador anfitrião, e uma rede de todos os computadores anfitriões: todos estão ligados a todos, estando apenas dentro do seu grupo. Ou em termos mais perceptíveis para leitores de jornais anarquistas: a Internet é formada de baixo para cima, através da federação de computadores pessoais entre si, com um computador maior a fazer a coordenação e troca de informação de forma igualitária entre todos os membros voluntários dessa federação. Subindo na árvore, temos depois uma confederação de federações, ligadas através dos coordenadores de informação, que cobre todo o espaço geográfico a atingir. A partir desta altura a rede foi crescendo e extravasando: dos especialistas em informática para os académicos de todo o género, destes para o público em geral, dos EUA para a Europa, América, Ásia, Austrália e



Alguns sítios anarquistas na Internet

The seed (Inglaterra): <http://web.cs.city.uk/homes/louise/seed2.html>
 Frei ArbeiterInnen Union (Alemanha): <http://anarch.ping.de/FAU>
 Arquivo Chomsky: <http://www.contrib.andrew.cmu.edu/~usr/tpOx/chomsky.html>
 Réseau Anarchist Québécois (Quebec, Canadá): <http://www.cam.org/~pwysrch/>
 Zapatistas (México): <http://sccc.swarthmore.edu/~justin/Docs/ezln.html>
 Anarchy Home Page (EUA): <http://www.duke.edu/~eagle/anarchy/>
 Amor y Rabia (hispanófono): <http://www.nmia.com:80/~bright/>

Uma viagem pelo *american dream*

A editora Fora do Texto publicou este ano o livro *Viajantes à Beira de uma América em Crise*, de Sylvie Deneuve e Charles Reeve, traduzido da edição francesa, que, a mais de um título, tinha de chamar a atenção a quem se preocupa com as questões sociais e está menos conformado com a situação que vivemos.

Com efeito, não se trata de um vulgar livro de viagens, em que os autores se extasiavam perante as maravilhas da paisagem, elogiam a simpatia das populações e se deleitam na descrição da cozinha local. S. D. e C. R. procuram ver para além disso e, saindo dos roteiros turísticos, mergulham na América profunda, no verdadeiro berço do sonho americano que, bem o sabemos, se tornou também a ilusão de muitos não americanos. E o que viram e ouviram, aquilo que nos contam, não é bonito nem tranquilizador.

É claro que muitas dessas coisas a gente já sabe. Toda a gente sabe: o triunfo do capitalismo sem freio acarreta um verdadeiro desastre social em que faixas cada vez maiores da população são relegadas para qualquer forma de marginalismo. As sociedades extremam inexoravelmente a sua divisão em ricos e pobres, as oportunidades oferecem-se verdadeiramente apenas a uns quantos privilegiados, o racismo campeia, o cimento social e cultural das minorias desagrega-se, a solidariedade dilui-se. Não é preciso estarmos muito informados para sabermos isso, e, se não lermos o jornal de vez em quando nem vimos a televisão, basta-nos olhar em volta, com olhos de ver, para o nosso próprio país. Como dizia o poeta, temos ouvidos e vemos, não podemos ignorar. Mas este saber, por força da cultura dominante, e mesmo como um reflexo de auto-defesa das pessoas, é relegado muitas vezes para o inconsciente, deixando lugar à ilusão. Nem é de sonho que se trata. Quando nos emocionamos a ouvir o discurso de Martin Luther King, "I have dream", sabemos que o sonho traduz algo por que lutamos. Não, o que vemos à nossa volta é ilusão. É a ilusão de que um dia se será tão rico como os ricos, que o racismo não nos diz respeito, que o desemprego é só para os outros, que a luta contra a degradação ambiental se pode fazer sem prescindirmos das nossas comodidades de privilegiados do planeta.

Nesta pequena obra, S. D. e C. R. vêm "apenas" mostrar, através desta viagem pela grande fortaleza do capitalismo, que o nosso modo de vida assenta em iniquidades inaceitáveis e que temos de nos emocionar com elas, de as ter sempre bem presentes e de compreender a sua gênese para as rejeitar de uma forma consequente.

Na sua viagem pela região leste dos Estados Unidos - Chicago, Filadélfia, Nova Iorque - observam a degradação dos serviços públicos, a segregação social urbana com zonas ricas e impecavelmente cuidadas ao lado de outras semi-arruinadas, os sem-abrigo, cujo número não cessa de aumentar e que tende a tornar-se uma situação institucionalizada, a especulação imobiliária a arrasar a memória inscrita na arquitectura das cidades, os guetos. Na sua narrativa de viagem, anotam o que vêem, registam as conversas que têm com o cidadão anónimo ou com amigos que os acolhem e que lhes transmitem as impressões, as vivências, os dramas dos imigrantes hispânicos, dos desempregados, do proletariado negro em decomposição.

A leitura dos principais jornais americanos vai permitindo obter dados concretos para explicar a situação observada e fundamentar a reflexão que o leitor é

convidado a partilhar. os EUA é o país industrializado onde a riqueza está mais desigualmente distribuída; 30 dos 250 milhões de americanos recebem senhas de alimentação; a recessão do princípio dos anos 90 gerou muito desemprego e este, em grande medida, não vai ser eliminado pela próxima "retoma"; o desemprego começa a atingir a classe média; o trabalho de imigrantes ilegais, tolerado pelas autoridades, representa uma enorme pressão sobre os salários; as políticas de assistência, anteriormente implementadas para assegurar a paz social, estão a ser desmanteladas; as despesas militares mantêm-se apesar do fim da guerra fria; a Igreja previne para o perigo de explosões sociais. Pois é, isto anda tudo ligado.

"Nos Estados Unidos, a culpa é o sentimento mais partilhado pelos desfavorecidos. Se o indivíduo não tem êxito, a culpa é dele. O insucesso escolar, a marginalidade, a delinquência e a toxicod dependência devem ser interpretados como consequência da fraqueza do indivíduo. É ele o único culpado disso tudo!" [p. 68]. Nestas frases está condensada a ideologia liberal que tende hoje em dia a dominar o planeta. Sabemo-lo bem aqui em Portugal, onde, pouco a pouco, coisas que

ainda aqui há uns anos eram comumente consideradas verdadeiras barbaridades, entram no domínio das "verdades da vida".

A deslocalização das grandes indústrias para locais do globo mais lucrativos, quer dizer, onde a exploração ainda é maior, deixou a sociedade americana numa situação que, em muitos aspectos, podemos considerar como a caminho do terceiro mundo. O capital é investido em empresas situadas em países de baixos salários ou em actividades puramente financeiras e especulativas. A competição a nível mundial, o mercado planetário, induz o desemprego e a sobreexploração nas próprias metrópoles do capitalismo. Os novos imigrantes, é isso que vão encontrar. Que o digam os provenientes da Europa de Leste: "Leo Becker, recentemente emigrado da ex-URSS, tinha encontrado um emprego aquém das suas habilitações e acaba de ser despedido. Agora está a receber as tais senhas de alimentação que lhe devem fazer lembrar outras parecidas[...] É bem possível que os desiludidos do socialismo se transformem rapidamente nos desiludidos do capitalismo." [p. 31]

Neste quadro, o sindicalismo agoniza ou serve interesses puramente corporativos. Os dirigentes sindicais pactuam com o

sistema, mas a força latente destas organizações assusta-os. E, assim, é no terreno das lutas do dia-a-dia - greves, lutas contra a degradação ambiental e pelos direitos das minorias e das mulheres, etc. - que S. D. e C. R. vão encontrar um personagem quase inimaginável na Europa: Ray Rogers, um auto-intitulado especialista do activismo social! Alguém que se profissionalizou - tem a sua própria empresa, a Corporate Campaign, em pleno Manhattan - no apoio das lutas sociais, temido por patrões e baronetes sindicais. O longo diálogo com este organizador-agitador, reproduzida no último capítulo do livro, mostra que, apesar de tudo, há resistência, há luta, as coisas estão a mexer. A forma como esta acaba resume bem aquilo que está aqui em causa e que confere toda a razão de ser a este livro:

"- O desemprego e a miséria social não param de crescer e, apesar disso, aqueles que continuam a trabalhar não se sentem particularmente felizes. Já é chegada a altura de começar a imaginar uma sociedade que funcione de modo diferente. R.: Excelente ideia!"

Luís Leitão

Para além do branco e do preto

Começemos por enunciar uma banalidade de base: o racismo existe no quotidiano. De vez em quando surge alguém a tentar justificar que a cor da pele, a cor dos olhos ou dos cabelos são atributos necessários e suficientes para destrinçar a capacidade de dominação de uns sobre outros, imputando a uns traços negativos e relevando nos pretensamente opostos características benévolas. Trata-se claro do velho princípio de fazer ou atribuir aos outros aquilo que não se pretende que seja feito ou atribuído a nós. Na imprensa abundam exemplos.

Ainda recentemente no *International Herald Tribune* (12/5/95) apareciam duas notícias. Numa relatava-se que os representantes da Namíbia, da Zâmbia e do Zimbábue na assembleia da Organização Mundial de Saúde, em Genebra, acusavam o japonês Nakajima de comportamento racista, porque tinha criticado as capacidades organizativas dos membros africanos da organização. Na outra - um editorial do *New York Times* - comentava-se que alguém tinha escrito uma carta à polícia indicando que um afro-americano, de bigode, transportava uma arma no metropolitano de Nova Iorque. A polícia chegou e revistou logo o primeiro negro que encontrou, apesar de não ter bigode. "Com as mãos no ar, como se fosse um criminoso comum." A única característica que tinha em comum com o presumível portador da arma era a pretitude. Verificando que se tinham enganado, apresentaram desculpas, mas o Sr. Graves não se livrou da humilhação.

Isto vem a propósito de um livro editado entre nós há pouco tempo e que foca precisamente a problemática racista. Trata-se de *Preto no Branco - a Regra e a Excepção*, de João Paulo N'Ganga, Edições Afrontamento, 132 páginas.

Estamos em presença de um livro interessante. Boaventura de Sousa Santos

chama-lhe no pequeno prefácio "um livro inquietante".

Em quatro capítulos o autor dá-nos a sua visão do "mundo branco", do "paternalista e do complexado", do "negro e da sua identidade" e das "relações humanas entre pretos e brancos".

Mas em todas estas descrições parece que há dados que não jogam. Por exemplo, o que significa dizer: "A humanidade não é um dado adquirível, é um dado adquirido"?

Um relance pelo Ruanda, pelo Burundi, pela Argélia, pela Somália, pela Libéria, pelo Sudão, isto para ficarmos só por África, permite facilmente verificar que a humanidade está longe de ser um dado adquirido. Que diriam os militantes da Frente Islâmica de Salvação ou do Grupo Islâmico Armado, hoje, a Frantz Fanon, que João Paulo N'Ganga gosta de citar? A matriz do pensamento do autor de *Os Condenados da Terra* não se enquadra nos preceitos do Alcorão e das hadites. E como tal poderia pagar com a vida esse desfasamento. O desprezo pela vida do semelhante, visto como hereje ou cafrim, logo inimigo a abater, é a prova mais que provada de que estamos no grau zero da humanidade.

Que significa dizer que "a problemática das relações raciais encontra-se intrinsecamente associada à compreensão das relações sociais entre classes"? Será que não há exploradores pretos e explorados brancos? Será que no Japão não há exploradores amarelos e explorados amarelos? Qual é a relação nos Estados Unidos ou no Brasil entre os negros e os Índios (os peles-vermelhas)?

Que significa dizer que "o papel, o valor, a acção de um Estado, de um sistema legal é indispensável para a criação e acionamento de mecanismos para relações humanas saudáveis"?

Que significa dizer que "é o Estado que deve possuir uma política multirracial e

anti-racista e efectivá-la, que deve exercer pressão junto de outros Estados na defesa dos direitos das suas minorias e é ainda o Estado que deve filtrar, seleccionar, através das normas de diálogo, condutas e relações sociais, uma informação e cultura que valorize o indivíduo (...), independentemente da pele e da raça que possua"?

As relações humanas saudáveis terão de ser fundamentadas na liberdade. Ora o Estado é o inimigo histórico da liberdade do homem, a justiça que os estatistas querem é a violência legalizada, as leis que eles fazem não são mais do que a actualização da herança do passado de opressão e de barbárie. A reconciliação do género humano não pode ser feita através do Estado.

Vale a pena recordar versos de um poeta que conhecia bem as nossas maletas não só por ter sido médico como por ter calcorado este país em várias direcções e que pode dar certamente uma ajuda no combate quotidiano ao racismo.

"Que humanidade tens, irmão?
De onde te vem a força, a decisão,
E esse gosto de nunca desertar?"

...
Sepultros insepultos,
Vivos amortalhados
Passados e presentes cidadãos:
Temos nas nossas mãos
O terrível poder de recusar!
E é essa a flor que nunca desespera
No jardim da perpétua primavera.

...
E o que ao poeta importa
Não é nenhuma cor:
Mas sim que a própria flor
Não esteja morta."

(Orfeu Rebelde e Nihil Sibi.) Miguel Torga, evidentemente! O homem de S. Martinho de Anta sabia da poda.

Júlio Palma

Marie Louise Berneri

Nasceu em Arezzo em 1918 e, ainda criança, foi de Itália para o exílio com os pais.

O pai, Camillo Berneri, um dos mais importantes teóricos do movimento italiano, recusara-se a aceitar as exigências feitas pelos fascistas (nomeadamente na sua vida profissional como professor) e deixam a Itália. Em 1936, logo após o começo da Revolução Espanhola, Camillo foi para Espanha e, depois de um curto período de luta activa na frente de Aragón, fixou residência em Barcelona com vista a publicar o jornal *Guerra di Classe* - uma das mais lúcidas publicações anarquistas que saíram da Revolução Espanhola. Marie Louise foi visitá-lo a Barcelona no Outono de 1936 e manteve com ele estreita correspondência até à sua morte pelos comunistas no 1º de Maio de

"Estou a escrever-te da Freedom Press, enquanto espero que a 2ª folha saia da máquina de impressão. Gosto de estar aqui, de andar abaixo e acima para ver se o jornal sai finalmente. Creio que este número é melhor que o anterior..."

Mas, para além de *A Espanha e o Mundo* enquanto trabalho editorial havia ainda *A Espanha e o Mundo* colónia para órfãos em Llansa, Gerona. Esse projecto começou com 20 crianças para passar pouco depois a alojar 40; Marie Louise recolhia fundos para a manutenção da colónia e também roupas.

Quando a Espanha foi, por fim, esmagada pela vitória franquista, a desilusão e a iminência de uma nova Guerra Mundial reduziram o suporte financeiro (e não só...) a todo este trabalho bem assim como à edição de *Revolta (Revolt!)* - o

"Temos que admitir que a atitude global (mais da CNT do que da FAI) em recusar revelar à Espanha e ao resto do mundo a actuação ignóbil dos comunistas e outros elementos contra-revolucionários em geral, pelo medo de quebrar a frente anti-fascista, foi um grave erro tático, parcialmente responsável pela trágica situação em Espanha"

M. L. B.

1937, altura em que Marie Louise foi viver definitivamente para Inglaterra. Oriunda duma família activa no movimento anarquista internacional - a mãe e a irmã foram figuras proeminentes do movimento anarquista italiano e francês, respectivamente - Marie Louise cedo demonstraria as suas extraordinárias capacidades. Iniciou estudos universitários em Psicologia (que interromperia quando da sua partida para Inglaterra) manifestando especial interesse pela Psicologia Infantil. Em dada altura, durante uma Conferência da Liga Progressiva falou sobre a obra de W. Reich no campo da sexualidade infantil, facto que impressionou vivamente os seus ouvintes que se lhe referiram como "uma mulher muito jovem, bonita, calma, de discurso penetrante, que falava acerca de assuntos sobre os quais a maior parte dos intelectuais tinham medo de pensar".

Durante a guerra esteve continuamente ansiosa, temendo pela sorte quer de amigos quer de conhecidos que viviam em territórios ocupados, alguns deles em prisões fascistas e campos de concentração. Apenas os que lhe eram muito chegados entendiam a profundidade do sentir daquela mulher serena. Com a mesma coragem enfrentaria a tragédia na sua própria vida.

O trabalho de M.L. Berneri para o movimento anarquista começou antes da sua ida para Inglaterra: o 1º número do jornal *A Espanha e o Mundo (Spain and the World)* saiu em Dezembro de 1936, depois de todos os aspectos terem sido discutidos com o pai e com o companheiro - Vernon Richards. Ela havia já juntado

novo nome de *A Espanha e o Mundo* - e o jornal deixou de se publicar a partir de 3 de Junho de 1939.

Sem desarmar, Marie Louise com um pequeno grupo de companheiros faziam sair, em Novembro do mesmo ano, o 1º número de *Comentário de Guerra (War Commentary)*.

Em 1940, e a despeito do seu inglês não ser então (ainda) o melhor, orientou e manteve uma discussão com dois camaradas ingleses acerca da história da Revolução Espanhola. Foram fruto dessa discussão dez palestras que proferiu para um reduzido círculo de estudos, primeiro em Enfield e depois em Londres.

Tudo isto para concluir que, mesmo durante a Guerra, e quer desempenhando um trabalho de 1ª linha na parte editorial, quer quando cedia temporariamente esse papel a outros camaradas, era sempre a principal fonte teórica do *Comentário de Guerra* e, depois, da própria *Freedom Press*.

Em 1945 encontrava-se entre os quatro anarquistas ligados ao jornal que foram presos. Algum tempo depois, já em liberdade, trabalharia com George Woodcock na continuação do *Comentário de Guerra*, enquanto aguardava que os outros camaradas salssem da prisão. Também com Woodcock trabalharia na tradução da obra de Bakunin. Prepararia para publicação os apontamentos do pai acerca de questões sexuais; começaria também a coligir material para um estudo sobre o Marquês de Sade.

Enquanto editora insistiu sempre na qualidade - nem sempre fácil de obter num jornal minoritário e sempre em lu-

"Vós camaradas, quereis colocar nos vossos discursos e artigos todo o conhecimento, todas as ideias originais que vos vêm à cabeça. Não aprendesteis a modéstia, o espírito de sacrifício que deve animar o propagandista"

M. L. B.

fundos que cobriam a publicação dos primeiros cinco números e, claro, tinha estabelecido os necessários contactos com vista à obtenção de material para publicação (artigos, informações, etc.) A partir de 1937, quando se instala em Londres, toma parte activa na produção de cada um dos números da publicação mencionada, desde a feitura até à própria distribuição (facto que lhe dava bastante prazer); em 1945 escreveria ao seu companheiro Vernon Richards, então na prisão:

tas. Frequentemente, em vez de ceder à tentação de publicar artigos "menores" mas já existentes em carteira, teria preferido passar uma boa parte das noites preparando ela própria o material para publicação.

Aliado a tudo isto, manteve durante a Guerra e no período subsequente, uma extensa correspondência com camaradas tanto na Europa como no México e América do Sul.

O termo *camarada* não significava para



" Não vamos construir um movimento com base em ideias obscuras. Talvez devamos ter menos ideias, mas que cada um de nós as entenda perfeitamente e seja capaz de as explicar aos outros."

M. L. B.

Marie Louise Berneri apenas alguém com quem se pode partilhar os conceitos intelectuais do anarquismo: significava alguém capaz de inspirar respeito enquanto homem ou mulher, alguém devotado não apenas às ideias mas à causa do anarquismo, capaz de exprimir essa devoção em trabalho em prol do movimento. Para ela, o termo *camarada* era também um cumprimento e uma nota de amizade.

Daqui se pode aferir que, assim sendo, um movimento só pode construir-se com base em trabalho comum, num desenvolvimento do respeito mútuo e da verdade.

Dos seus escritos o mais importante é de certo *Journey through Utopia*: escrito no último ano de vida (1949), durante uma calma gravidez cujo trágico desfecho (a criança nasceria morta) a viria a marcar profundamente.

Foi também autora de um dos trabalhos que provavelmente foi mais marcante na vida da *Freedom Press*: *Workers in Stalin's Russia*, publicado numa altura em que ainda não era muito vulgar o desmascarar do sistema soviético, o li-

vro teve duas edições num total de dez mil exemplares.

Todavia, a maior parte dos seus escritos encontra-se nos inúmeros artigos, editoriais e críticas publicados quer no país que escolheu para viver, quer na imprensa estrangeira.

Os seus dotes de escritora estão também patentes em dois ensaios publicados no magazine *Now*; são críticas ao livro de W. Reich "A função do Orgasmo" e a "O Labirinto Espanhol" de Brenan.

Nos seus últimos meses de vida tinha projectado a publicação de um livro com os escritos, até aí inéditos, de Sacco e Vanzetti.

Maria Magos Jorge

Bibliografia:

Feminism, anarchism, women - THE RAVEN. anarchist quarterly, nº21, Janeiro/Março de 1993. *Freedom Press*, London (Marie Louise Berneri: her contribution to *Freedom Press*, por John Hewetson).